

**COLLECCÃO DAS LEIS**

**DO**

**IMPERIO DO BRASIL**

**DE**

**1860.**

BIBLIOTHECA DO  
INSTITUTO DOS ADVOGADOS  
BRASILEIROS

---

**TOMO XXI, PARTE I.**

---



**RIO DE JANEIRO.**

**TYPOGRAPHIA NACIONAL.**

**RUA DA GUARDAVELHA.**

---

**1860.**

INSTITUTO DOS ADVOGADOS  
BRASILEIROS

**BIBLIOTECA**

Reg. \_\_\_\_\_

Em \_\_\_\_\_

# INDICE.

	PAGS.
N. 1.046. — Decreto de 4 de Junho de 1860.—Autorisa o Governo a prorogar por mais hum anno a licença, com que se acha na Europa o Conselheiro Thomaz Xavier Garcia de Almeida, e para conceder hum anno de licença com os respectivos vencimentos á Salustiano Jacintho de Andrade Pessoa, e ao Padre Manoel de Vera-Cruz.....	1
N. 1.047. — Decreto de 4 de Junho de 1860.—Approva a aposentadoria concedida ao Juiz de Direito João Carlos Pereira Ibiapina.....	2
N. 1.048. — Decreto de 9 de Junho de 1860.— Approva a aposentadoria concedida ao Juiz de Direito Conselheiro José Thomaz Nabuco de Araujo, com as honras de Desembargador.....	»
N. 1.049. — Decreto de 9 de Junho de 1860.— Approva a aposentadoria concedida ao Juiz de Direito José Gaspar dos Santos Lima.....	3
N. 1.050. — Decreto de 9 de Junho de 1860.— Manda que o Doutor Ernesto Ferreira França seja admittido a defender theses em qualquer das Faculdades de Direito do Imperio.....	»
N. 1.051. — Decreto de 9 de Junho de 1860.— Dispensa as Leis de amortisação em favor da Irmandade do Senhor dos Passos da Cidade do Parahybuna, da Provincia de Minas Geraes, e isenta de direitos as compras de terrenos necessarios ao Hospital e Capella que alli se pretende fundar.....	4
N. 1.052 — Decreto de 9 de Junho de 1860.—Concede quatro loterias, sendo duas em beneficio das obras da Matriz da Villa do Pillar, na Provincia da Parahyba do Norte, e as outras em beneficio	

	PAGS.
das obras da Matriz da Villa Leopoldina, e das do Espirito Santo na Provincia de Minas Geraes .....	5
N. 1.053. — Decreto de 9 de Junho de 1860. — Approva a pensão annual de seiscentos mil réis concedida por Decreto de 25 de Agosto de 1858 ao Conego João Baptista de Figueiredo.....	»
N. 1.054. — Decreto de 9 de Junho de 1860. — Approva a pensão annual de oitocentos mil réis concedida por Decreto de 26 de Junho de 1858 repartidamente a D. Bernarda Caetana da Silva, D. Thereza Caetana da Silva, D. Antonia Caetana da Silva, D. Francisca Caetana da Silva, e D. Maria Caetana da Silva.....	6
N. 1.055. — Decreto de 9 de Junho de 1860. — Approva a aposentadoria concedida ao Conselheiro Herculano Ferreira Penna, no emprego de Inspector Geral da Caixa da Amortisação.....	7
N. 1.056. — Decreto de 13 de Junho de 1860. — Approva a pensão mensal de cincoenta mil réis concedida por Decreto de 21 de Setembro de 1858 a Izaias Antonio Alves.....	8
N. 1.057. — Decreto de 13 de Junho de 1860. — Approva a pensão annual de duzentos noventa e dous mil réis concedida por Decreto de 15 de Abril de 1859 ao soldado do Corpo de Policia Ricardo José Francisco.....	»
N. 1.058. — Decreto de 13 de Junho de 1860. — Approva a aposentadoria concedida por Decreto de 26 de Agosto de 1857 a Honorio Pereira de Azevedo Coutinho no lugar de Secretario do Governo da Provincia de Pernambuco.....	9
N. 1.059. — Decreto de 30 de Junho de 1860. — Declara que os Lentes jubilados da antiga Academia de Marinha, Tenente Coronel José de Palva e Silva, e Major reformado José Joaquim de Avila, tem direito ao ordenado por inteiro, que percebião quando forão jubilados.....	10
N. 1.060. — Decreto de 4 de Julho de 1860. — Autorisa o Governo para conceder aos herdeiros do fallecido Affonso José de Almeida Corte Real a remissão da parte da divida proveniente da arrematação do rincão do Saican, na Provincia do Rio Grande do Sul.....	»
N. 1.061. — Decreto de 4 de Julho de 1860. — Approva a pensão annual de oitocentos sessenta e quatro mil réis concedida por Decreto de 21 de Fevereiro de 1860 a D. Francisca Lina	

	PAGS.
do Espírito Santo Coelho, repartidamente com D. Francisca Jeronima Coelho, sem prejuizo do meio soldo. ....	11
N. 1.062. — Decreto de 4 de Julho de 1860.—Approva a pensão annual de hum conto e duzentos mil réis concedida por Decreto de 21 de Março de 1860 a D. Antonia Luiza Horta Barboza.....	»
N. 1.063. — Decreto de 4 de Julho de 1860.—Approva a pensão annual de duzentos e quarenta mil réis, concedida por Decreto de 8 de Janeiro do anno passado a D. Florinda Themira Jacques Ourique.....	12
N. 1.064. — Decreto de 7 de Julho de 1860.—Approva a pensão annual de hum conto quatrocentos e quarenta mil réis, concedida por Decreto de 27 de Setembro de 1859 a D. Anna Marcelina de Carvalho Pardal, repartidamente com D. Marianna Leopoldina de Carvalho Pardal.	13
N. 1.065. — Decreto de 28 de Julho de 1860.—Approva a pensão annual de hum conto e oitenta mil réis concedida por Decreto de 29 de Maio deste anno a D. Carolina Cecilia Campos de Oliveira, repartidamente com sua filha D. Adélia Carolina de Oliveira.....	»
N. 1.066. — Decreto de 28 de Julho de 1860.—Approva a pensão annual de seiscentos mil réis concedida por Decreto de 26 de Abril do corrente anno a D. Henriqueta Esmeria Nabuco e Carneiro.....	14
N. 1.067. — Decreto de 28 de Julho de 1860.—Crêa humna nova Secretaria de Estado com a denominação de Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas .....	15
N. 1.068. — Decreto de 28 de Julho de 1860.—Autorisa o Governo a mandar passar Cartas de naturalisação de cidadão Brasileiro a Antonio Vieira Maciel, e outros.....	16
N. 1.069. — Decreto de 4 de Agosto de 1860.—Autorisa o Governo a reintegrar na praça de Aspirante a Guarda Marinha os alumnos do terceiro anno da Escola de Marinha, Luiz Barbalho Moniz Fiusa, Pedro' Pinto da Veiga, Miguel Joaquim Pederneiros, Antonio Severiano Nunes e Francisco de Paula Telles de Menezes..	17
N. 1.070. — Decreto de 8 de Agosto de 1860.—Autorisa o Governo a mandar matricular e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de	

	PAGS.
Direito do Recife a Manoel de Andrade Martins Vallasques.....	17
N. 1.071. — Decreto de 8 de Agosto de 1860.—Auto- riza o Governo para mandar matricular, e admittir a exame do primeiro anno da Facul- dade de Medicina da Côrte a Sergio José de Oliveira Santos.....	18
N. 1.072. — Decreto de 8 de Agosto de 1860.— Auto- riza o Governo para mandar matricular e admittir a exame do primeiro anno da Facul- dade de Medicina da Côrte a José Pereira da Costa Motta.....	19
N. 1.073. — Decreto de 8 de Agosto de 1860.— Auto- riza o Governo para, mediante certas condições, mandar matricular nas Faculdades do Imperio os alumnos que por motivos justificados não tiverem comparecido no prazo fixado para as matriculas .....	»
N. 1.074. — Decreto de 14 de Agosto de 1860.— Auto- riza o Governo a mandar matricular e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife a João Pereira da Silva Leite.....	20
N. 1.075. — Decreto de 14 de Agosto de 1860.— Auto- riza o Governo para mandar matricular e admittir a exame do primeiro anno da Facul- dade de Direito do Recife a Gonçalo de Aguiar Telles de Menezes.....	21
N. 1.076. — Decreto de 14 de Agosto de 1860.— Auto- riza o Governo a mandar matricular e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife a Antonio Lourenço de Carvalho Serra.....	»
N. 1.077. — Decreto de 14 de Agosto de 1860.— Auto- riza o Governo para mandar matricular, e admittir a exame do primeiro anno da Facul- dade de Direito do Recife a Rosiro Tavares, de Almeida.....	22
N. 1.078. — Decreto de 14 de Agosto de 1860.— Auto- riza o Governo para mandar matricular e admittir a exame do primeiro anno da Facul- dade de Direito de S. Paulo a Dionisio de Oliveira Silveiro Filho.....	23
N. 1.079. — Decreto de 14 de Agosto de 1860.— Auto- riza o Governo a mandar matricular e admit- tir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito de S. Paulo a Carlos Thompson Flores.....	»

	PAGS.
N. 1.080. — Decreto de 14 de Agosto de 1860.— Autorisa o Governo a mandar matricular e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Medicina da Côrte a Francisco de Paula Costa Junior, e do primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife a Manoel Rodrigues de Ar-ruda Camara.....	24
N. 1.081. — Decreto de 14 de Agosto de 1860.—Auto-risa o Governo a mandar matricular, e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito de S. Paulo a Eduardo Meirelles Alves Morcira, e a Henrique Antonio Alves de Car-valho.....	25
N. 1.082. — Decreto de 18 de Agosto de 1860.—Altera a Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, e o Decreto n.º 842 de 19 de Setembro de 1855, sobre eleições.....	26
N. 1.083. — Lei de 22 de Agosto de 1860.—Contendo providencias sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades.	28
N. 1.084. — Decreto de 22 de Agosto de 1860.— Approva a pensão annual de duzentos e qua-renta mil réis concedida por Decreto de 20 de Fevereiro deste anno ao Guarda Nacional Ubaldo da Silva Brandão.....	37
N. 1.085. — Decreto de 22 de Agosto de 1860.— Approva a pensão annual de hum conto de réis concedida por Decreto de 24 de Dezembro de 1859 a Viscondessa de Goyana.....	»
N. 1.086. — Decreto de 22 de Agosto de 1860.—Auto-risa o Governo a mandar matricular na Facul-dade de Medicina da Bahia a Thomaz Lou-renço da Silva Pinto.....	38
N. 1.087. — Decreto de 22 de Agosto de 1860.—Auto-risa o Governo a mandar matricular no pri-meiro anno da Faculdade de Direito de S. Paulo a Pedro Luiz Rodrigues Horta, e Mi-guel Figueirôa de Faria; e no segundo anno da Faculdade de Direito do Recife a Ernesto Julio Bandeira de Mello, se fôr approved nas materias do primeiro.....	39
N. 1.088. — Decreto de 22 de Agosto de 1860.—Auto-risa o Governo a mandar matricular no pri-meiro anno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a Fabio Sizino Bastos da Silva, e Ezequiel Alfredo dos Santos Ribeiro, e no pri-meiro anno da Faculdade de Medicina da Bahia a Marcos Antonio Monteiro da Silva...	40

	PAGS.
N. 1.089. — Decreto de 29 de Agosto de 1860. — Approva a pensão annual de hum conto qua- trocentos e quarenta mil réis, concedida por Decreto de 11 de Julho do corrente anno á Baronessa da Victoria, repartidamente com sua filha D. Olympia de Gusmão Coelho.....	40
N. 1.090. — Decreto do 1.º de Setembro de 1860. — Providencia sobre o processo nos crimes de furto de gado vaccum, cavallar e outros.....	41
N. 1.091. — Decreto do 1.º de Setembro de 1860. — Eleva a hum conto e duzentos mil réis a pensão annual de seiscentos mil réis concedida por Decreto de 3 de Janeiro de 1828 ao Tenente Coronel Francisco Xavier de Barros Galvão..	42
N. 1.092. — Decreto do 1.º de Setembro de 1860. — Designa a antiguidade que devem contar os Officiaes da Armada, e do Corpo de Fazenda, que tiverem servido, por nomeações provisórias, nos Navios de Guerra, como Praticantes, Pi- lotos, Pilotos Escrivães ou em qualquer outra Praça.....	43
N. 1.093. — Decreto de 5 de Setembro de 1860. — Dispensa as Leis de Amortisação em favor do Hospital Portuguez, erecto na Cidade do Recife.	»
N. 1.094. — Decreto de 5 de Setembro de 1860. —Manda contar na aposentadoria concedida a Antonio Teixeira Alves diversas épocas como tempo de serviço.....	44
N. 1.095. — Decreto de 10 de Setembro de 1860. — Autorisa o Governo a reformar a Tabella das maiorias dos Officiaes combatentes da Armada Nacional.....	45
N. 1.096. — Decreto de 10 de Setembro de 1860. — Regula os direitos civis e politicos dos filhos de estrangeiros nascidos no Brasil, cujos pais não estiverem em serviço de sua nação, e das estran- geiras que casarem com Brasileiros, e das Bra- sileiras que casarem com estrangeiros.....	»
N. 1.097. — Decreto de 10 de Setembro de 1860. — Autorisa o Governo a mandar passar Cartas de naturalisação a Antonio Maximiano de Figuei- redo e outros.....	46
N. 1.098. — Decreto de 18 de Setembro de 1860. —Manda continuar em vigor para a proxima Legislatura o Decreto n.º 672 de 13 de Setembro de 1852, que marca o subsidio e a indemnisação para as despezas da viagem de vinda e volta dos Deputados.....	48



	PAGS.
N. 1.099. — Lei de 18 de Setembro de 1860. — Prohibe as loterias e rifas de qualquer especie, não autorisada por Lei, e dá faculdade ao Governo para conceder loterias.....	48
N. 1.100. — Lei de 18 de Setembro de 1860. — Fixa a Força Naval para o anno financeiro de 1861 a 1862.....	51
N. 1.101. — Lei de 20 de Setembro de 1860. — Fixa as Forças de Terra para o anno financeiro de 1861 a 1862.....	53
N. 1.102. — Decreto de 21 de Setembro de 1860. — Autorisa o Governo para mandar passar Carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro a Serafim Francisco de Carvalho, e outros.....	55
N. 1.103. — Decreto de 21 de Setembro de 1860. — Approva a pensão annual de quatrocentos e oitenta mil réis, concedida a D. Maria Carlota Leitão Bandeira .....	57
N. 1.104. — Decreto de 21 de Setembro de 1860. — Approva a pensão mensal de doze mil réis concedida por Decreto de 23 de Setembro do anno passado a Paulino Gomes da Paixão....	»
N. 1.105. — Decreto de 21 de Setembro de 1860. — Reconhece Cidadão Brasileiro o Padre Felix Maria de Freitas Albuquerque.....	58
N. 1.106. — Decreto de 21 de Setembro de 1860. — Approva a pensão annual de quatrocentos mil réis concedida por Decreto de 30 de Junho deste anno a Pedro José Cardozo.....	59
N. 1.107. — Decreto de 22 de Setembro de 1860. — Autorisa o Governo a aposentar Silvano Francisco Alves, Membro da Junta Vaccinica da Corte.	»
N. 1.108. — Decreto de 22 de Setembro de 1860. — Approva o Decreto n.º 2.196 de 23 de Junho de 1858, e o contracto a que o mesmo se refere celebrado com José Antonio Soares para a navegação por vapor entre Montevidéo e a cidade de Cuyabá, capital da Provincia de Matto-Grosso.....	60
N. 1.109. — Decreto de 22 de Setembro de 1860. — Approva o Decreto n.º 2.184 de 5 de Junho de 1858 pelo qual o Poder Executivo approvou os Estatutos da Companhia de Navegação a vapor na bahia do Rio de Janeiro, de que he empresario o Dr. Clinton Van Tuyl.....	61
N. 1.110. — Decreto de 24 de Setembro de 1860. — Autorisa o despacho livre de direitos dos utensis e objectos que forem precisos á Empresa in-	

	PAGS.
cumbida do esgoto das aguas, e asseio publico da Cidade do Recife.....	61
N. 1.111. — Decreto de 27 de Setembro de 1860. — Autorisa o Governo a mandar satisfazer ao Padre Guilherme Paulo Tilbury o ordenado correspondente ao tempo em que esteve privado do exercicio da Cadeira da lingua ingleza do Seminario de S. José .....	62
N. 1.112. — Decreto de 27 de Setembro de 1860. — Autorisa o Governo a fazer extensiva ao Bacharel José da Motta Azevedo Corrêa a disposição do art. 1.º do Decreto n.º 23 de 30 de Agosto de 1854.	63
N. 1.113. — Decreto de 27 de Setembro de 1860. — Autorisa o Governo a mandar matricular e admittir a exame, mediante certas condições, na Faculdade de Direito do Recife, e nas de Medicina da Bahia, e desta Côrte, a Vicente Jansen Pereira, Manoel de Sousa Rolin de Alencar, Manoel Soares da Rocha, Candido Valeriano da Silva Freire, Joaquim Alves Conti, Antonio Esperidião Mattos do Prado, Jacintho Cardozo da Silva, José Lino Pereira Junior, Olegario Ferreira Bandeira, João Augusto Nepomuceno Machado, Belarmino José Ferreira da Silva, Jeronimo Lourenço de Araujo, Manoel Ignacio Lisboa e Marcos de Oliveira Arruda Filho..	»
N. 1.114. — Lei de 27 de Setembro de 1860. — Fixando a despeza e orçando a receita para o exercicio de 1861 a 1862.....	65
N. 1.115. — Decreto de 27 de Setembro de 1860. — Autorisa o Governo a mandar matricular e admittir a exame, preenchendo certas condições, os seguintes individuos: no quinto anno da Faculdade de Medicina da Côrte a José Marciano da Silva Pontes, e no terceiro anno a Antonio Simões de Faria; no primeiro da Faculdade de Medicina da Bahia a Ladisláo Ribeiro de Novaes; no primeiro da Faculdade de Direito de S. Paulo a Venancio de Oliveira Ayres; no primeiro da Faculdade de Direito do Recife a Francisco de Assis Pereira Rocha Junior e José Pedreira França; e no primeiro da Academia de Marinha a Luiz José Pereira de Carvalho.....	84
N. 1.116. — Decreto de 3 de Outubro de 1860. — Manda admittir a matricula na Escola Central a João Alves Pinheiro de Carvalho, Alcino Baptista Monteiro, e Antonio Luiz da Cunha Bahiano.	85

# COLLECÇÃO DAS LEIS

DE

1860.

---

DECRETO N.º 1.046—de 4 de Junho de 1860.

Autorisa o Governo a prorogar por mais hum anno a licença, com que se acha na Europa o Conselheiro Thomaz Xavier Garcia de Almeida, e para conceder hum anno de licença com os respectivos vencimentos á Salustiano Jacintho de Andrade Pessoa, e ao Padre Manoel de Vera-Cruz.

Hei por bem Sanceionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º He o Governo autorizado para:

§ 1.º Prorogar por mais hum anno a licença, com que se acha na Europa, tratando de sua saude, o Conselheiro Thomaz Xavier Garcia de Almeida, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

§ 2.º Conceder hum anno de licença com os respectivos vencimentos á Salustiano Jacintho de Andrade Pessoa, quarto Escripturario do Thesouro Nacional, afim de tratar de sua saude onde lhe convier.

§ 3.º Conceder hum anno de licença com os respectivos vencimentos ao Padre Manoel de Vera-Cruz, Capitão Capellão do Exército, afim de tratar de sua saude na Provincia do Ceará, ficando obrigado a deixar em seu lugar Sacerdote, que o substitua convenientemente, e que se sujeite aos Regulamentos militares.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João Lustosa da Cunha Paranaguá, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Junho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

**DECRETO N.º 1.047 — de 4 de Junho de 1860.**

Approva a aposentadoria concedida ao Juiz do Direito João Carlos Pereira Ibiapina.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º He approvada a aposentadoria concedida por, Decreto de dezaseis de Dezembro de mil oitocentos e cincoenta e sete, a João Carlos Pereira Ibiapina, Juiz de Direito da Comarca do Principe Imperial na Provincia do Piauhý, com o ordenado de hum conto e duzentos mil réis.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João Lustosa da Cunha Paranaguá, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Junho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

---

**DECRETO N.º 1.048 — de 9 de Junho de 1860.**

Approva a aposentadoria concedida ao Juiz de Direito Conselheiro José Thomaz Nabuco de Araujo, com as honras de Desembargador.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a aposentadoria concedida por Decreto de vinte e hum de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e sete ao Juiz de Direito Conselheiro José Thomaz Nabuco de Araujo, com as honras de Desembargador, e com o ordenado de hum conto trezentos e cincoenta e sete mil réis, correspondente ao tempo de serviço prestado.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João Lustosa da Cunha Paranaguá, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, nove de Junho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

**DECRETO N.º 1.049 — de 9 de Junho de 1860.**

Approva a aposentadoria concedida ao Juiz de Direito José Gaspar dos Santos Lima.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral.

Art. 1.º Fica approvada a aposentadoria concedida pelo Decreto de nove de Junho de mil oitocentos e cincoenta e sete ao Juiz de Direito da Comarca do Rio das Mortes, Provincia de Minas Geraes, José Gaspar dos Santos Lima, com o ordenado correspondente ao tempo de serviço, que tem na Magistratura.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João Lustosa da Cunha Paranaguá, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Junho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

---

**DECRETO N.º 1.050 — de 9 de Junho de 1860.**

Manda que o Doutor Ernesto Ferreira França seja admittido a defender theses em qualquer das Faculdades de Direito do Imperio.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º O Cidadão brasileiro Ernesto Ferreira França, Doutor em direito civil e canonico pela Universidade de Leipsig, será admittido a defender theses em qualquer das Faculdades de Direito do Imperio, a fim de poder oppôr-se ás cadeiras de qualquer dellas.

Art. 2.º Ficão revogadas para este effeito quaesquer disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Junho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 16 de Junho de 1860. — *Josino do Nascimento Silva*. — Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio aos 20 de Junho de 1860. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*.

---

DECRETO N.º 1.051 — de 9 de Junho de 1860.

Dispensa as Leis de amortisação em favor da Irmandade do Senhor dos Passos da Cidade do Parahybuna, da Provincia de Minas Geraes, e isenta de direitos as compras de terrenos necessarios ao hospital e capella que alli se pretende fundar.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Ficão dispensadas as Leis de amortisação para que a Irmandade do Senhor dos Passos da Cidade do Parahybuna, Provincia de Minas Geraes, possa possuir bens de raiz até o valor de cem contos de réis.

Art. 2.º Serão isentas de siza, novos e velhos direitos, e quaesquer outros impostos geraes, as compras dos terrenos necessarios ao Hospital de caridade, que o Commendador José Antonio da Silva Pinto pretende fundar sob a invocação do Senhor dos Passos na dita Cidade, e á Capella do mesmo Hospital e suas dependencias, bem como as doações que o mencionado Commendador, ou outras pessoas houverem de fazer áquelle pio Estabelecimento até o prefixado valor de cem contos de réis.

Art. 3.º São revogadas para este fim quaesquer disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Junho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 16 de Junho de 1860. — *Josino do Nascimento Silva*. — Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio aos 20 de Junho de 1860. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*.

DECRETO N.º 1.052 — de 9 de Junho de 1860.

Concede quatro loterias, sendo duas em beneficio das obras da Matriz da Villa do Pilar, na Provincia da Parahyba do Norte, e as outras em beneficio das obras da Matriz da Villa Leopoldina, e das do Espirito Santo na Provincia de Minas Geraes.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa ;

Art. 1.º Ficção concedidas duas loterias do mesmo valor e plano das da Santa Casa de Misericordia desta Córte, onde serão extrahidas, em beneficio das obras da Igreja Matriz da Villa do Pilar, Provincia da Parahyba do Norte.

Art. 2.º Ficção igualmente concedidas com as clausulas do artigo antecedente duas loterias, huma para conclusão das obras da Igreja Matriz da Villa Leopoldina, e outra para as da Matriz do Espirito Santo, no municipio do Mar de Hespanha, Provincia de Minas Geraes.

Art. 3.º Ficção revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Junho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 16 de Junho de 1860. — *Josino do Nascimento Silva.* — Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio aos 20 de Junho de 1860. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

---

DECRETO N.º 1.053 — de 9 de Junho de 1860.

Approva a pensão annual de 600\$000 concedida por Decreto de 25 de Agosto de 1858 ao Couego João Baptista de Figueiredo.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de seiscentos mil reis, concedida por Decreto de 25 de Agosto de 1858, ao Co-

nego João Baptista de Figueiredo, Vigario Collado da Freguezia de Santa Barbara, da Villa do mesmo nome, na Provincia de Minas Geraes, correspondente á congrua que percebe.

Art. 2.º O agraciado não gozará desta mercê antes de verificar-se a resignação do Benefício, cujas obrigações não pôde preencher.

Art. 3.º São revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Junho de mil oito centos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 16 de Junho de 1860. — *Josino do Nascimento Silca.* — Registrado.

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio aos 20 de Junho de 1860. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

---

#### DECRETO N.º 1.034 — de 9 de Junho de 1860.

Approva a pensão annual de 800\$000 concedida por Decreto de 26 de Junho de 1858 repartidamente a D. Bernarda Caetana da Silva, D. Thereza Caetana da Silva, D. Antonia Caetana da Silva, D. Francisca Caetana da Silva, e D. Maria Caetana da Silva.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º He approvada a pensão annual de oitocentos mil réis, concedida por Decreto de 26 de Junho de 1858 repartidamente a D. Bernarda Caetana da Silva, D. Thereza Caetana da Silva, D. Antonia Caetana da Silva, D. Francisca Caetana da Silva e D. Maria Caetana da Silva, filhas legitimas do fallecido Contador Geral do Thesouro Nacional Antonio Caetano da Silva.

Art. 2.º As agraciadas começarão a perceber a dita Mercê da data do Decreto que lh'a concedeu.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.



João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Junho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 16 de Junho de 1860. — *Josino do Nascimento Silva.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio aos 20 de Junho de 1860. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*



DECRETO n.º 1035.— de 9 de Junho de 1860.

Approva a aposentadoria concedida ao Conselheiro Herculano Ferreira Penna, no emprego de Inspector Geral da Caixa da Amortisação.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a aposentadoria concedida por Decreto de 21 de Outubro de mil oitocentos e cincoenta e sete ao Conselheiro Herculano Ferreira Penna no emprego de Inspector Geral da Caixa da Amortisação, com o vencimento que lhe competir.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em nove de Junho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Angelo Moniz da Silva Ferraz.*

DECRETO N.º 1.056—de 13 de Junho de 1860.

Approva a pensão mensal de 50\$000 concedida por Decreto de 21 de Setembro de 1858 a Izaías Antonio Alves.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º He approvada a pensão mensal de cincoenta mil réis, concedida por Decreto de 21 de Setembro de mil oitocentos cincoenta e oito a Izaías Antonio Alves, Capitão da Guarda Nacional da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta graça se contará da data do Decreto que a concedeu.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Junho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Sellado na Chancellaria do Imperio em 26 de Junho de 1860.—Servindo de Director Geral, *João Caetano da Silva.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 26 de Junho de 1860.—*José Bonifario Nascentes de Azambuja.*

DECRETO N.º 1.057—de 13 de Junho de 1860.

Approva a pensão annual de 292\$000 concedida por Decreto de 15 de Abril de 1859 ao soldado do Corpo de Policia Ricardo José Francisco.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º He approvada a pensão annual de duzentos e noventa e dous mil réis, concedida por Decreto de quinze de Abril de mil oitocentos cincoenta e nove ao soldado do Corpo de Policia, Ricardo José Francisco.

Arr. 2.º Está graça se contará da data do Decreto que a concedeu.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Junho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Sellado na Chancellaria do Imperio em 26 de Junho de 1860.—Servindo de Director Geral, *João Caetano da Silva.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 26 de Junho de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

---

DECRETO N.º 1.058—de 13 de Junho de 1860.

Approva a aposentadoria concedida por Decreto de 26 de Agosto de 1857 a Honorio Pereira de Azeredo Coutinho no lugar de Secretario do Governo da Provincia de Pernambuco.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a aposentadoria concedida por Decreto de vinte e seis de Agosto de mil oitocentos e cincuenta e sete a Honorio Pereira de Azeredo Coutinho no lugar de Secretario do Governo da Provincia de Pernambuco, com o ordenado annual de dous contos de réis.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Junho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Sellado na Chancellaria do Imperio em 26 de Junho de 1860.—Servindo de Director Geral, *João Caetano da Silva.*

Publicado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 26 de Junho de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

DECRETO N.º 1.059—de 30 de Junho de 1860.

Declara que os Lentes jubilados da antiga Academia de Marinha, Tenente Coronel José de Paiva e Silva, e Major reformado José Joaquim de Avila, tem direito ao ordenado por inteiro, que percebão quando forão jubilados.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1.º A jubilação concedida por Decreto de 29 de Maio de 1858 aos Lentes da antiga Academia de Marinha, Tenente Coronel José de Paiva e Silva, e Major reformado José Joaquim de Avila, dá-lhes direito ao ordenado por inteiro que percebão n'aquella época.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Francisco Xavier Paes Barreto, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Junho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade O Imperador.

*Francisco Xavier Paes Barreto.*

---

DECRETO n.º 1.060 —de 4 de Julho de 1860

Autorisa o Governo para conceder aos herdeiros do fallecido Affonso José de Almeida Corte Real a remissão da parte da divida proveniente da arrematação do rincão do Saican, na Provincia do Rio Grande do Sul.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Artigo Unico. O Governo fica autorizado para conceder aos herdeiros do fallecido Affonso José de Almeida Corte Real a remissão da parte da divida proveniente do arrendamento, que fez na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, do rincão do Saican, pertencente á Fazenda Publica, correspondente ao ultimo pagamento, vencido em quinze de Março de mil oitocentos e trinta e seis na fórma do respectivo contracto; ficando para esse effeito revogadas as disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Julho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Angelo Moniz da Silva Ferraz.*

DECRETO N.º 1.061—de 4 de Julho de 1860.

Approva a pensão annual de 864\$000 réis concedida por Decreto de 21 de Fevereiro de 1860, a D. Francisca Lina do Espirito Santo Coelho, repartidamente com D. Francisca Jeronima Coelho, sem prejuizo do meio soldo.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de oitocentos e sessenta e quatro mil réis, concedida por Decreto de 21 de Fevereiro de 1860, a D. Francisca Lina do Espirito Santo Coelho, mãe do Brigadeiro Jeronimo Francisco Coelho, repartidamente com sua filha D. Francisca Jeronima Coelho, sem prejuizo do meio soldo.

Art. 2.º As agraciadas perceberão a pensão desde a data do referido Decreto.

Art. 3.º São revógadas para este fim as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Julho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Sellado na Chancellaria do Imperio em 11 de Julho de 1860.—Servindo de Director Geral, *João Caelano da Silva.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 12 de Julho de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

---

DECRETO N.º 1.062—de 4 de Julho de 1860.

Approva a pensão annual de 1:200\$000 concedida por Decreto de 21 de Março de 1860 a D. Antonia Luiza Horta Barboza.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de hum conto e duzentos mil réis, concedida por Decreto de 21 de Março de 1860 a D. Antonia Luiza Horta Barboza, viuva do Conselheiro Luiz Antonio Barboza, e a seus filhos.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do referido Decreto; revogadas para esse fim as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Julho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Sellado na Chancellaria do Imperio em 11 de Julho de 1860.—Servindo de Director Geral, *João Caetano da Silva.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 12 de Julho de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

---

DECRETO N.º 1.063 — de 4 de Julho de 1860.

Approva a pensão annual de 240\$000, concedida por Decreto de 8 de Janeiro do anno passado a D. Florinda Themira Jacques Ourique.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º He approvada a pensão annual de duzentos e quarenta mil réis, concedida por Decreto de 8 de Janeiro do anno passado a D. Florinda Themira Jacques Ourique.

Art. 2.º A agraciada perceberá sua pensão desde a data do referido Decreto.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Julho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Sellado na Chancellaria do Imperio em 11 de Julho de 1860.—Servindo de Director Geral, *João Caetano da Silva.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 12 de Julho de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

**DECRETO N.º 1.064—de 7 de Julho de 1860.**

Approva a pensão annual de 1:440\$000, concedida por Decreto de 27 de Setembro de 1859 a D. Anna Marcellina de Carvalho Pardal, repartidamente com D. Marianna Leopoldina de Carvalho Pardal.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de hum conto quatrocentos e quarenta mil réis, concedida por Decreto de 27 de Setembro de 1859 a D. Anna Marcellina de Carvalho Pardal, viuva do Marechal do Exercito, Conselheiro de Guerra João Carlos Pardal, repartidamente com sua filha D. Marianna Leopoldina de Carvalho Pardal, sem prejuizo do meio soldo.

Art. 2.º As agraciadas perceberão a pensão desde a data do referido Decreto.

Art. 3.º São revogadas para este fim as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro em sete de Julho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Sellado na Chancellaria do Imperio em 12 de Julho de 1860.—Servindo de Director Geral, *João Caetano da Silva.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 13 de Julho de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

---

**DECRETO N.º 1.065 — de 28 de Julho de 1860.**

Approva a pensão annual de 1:080\$000 concedida por Decreto de 29 de Maio deste anno a D. Carolina Cecilia Campos de Oliveira, repartidamente com sua filha D. Adélia Carolina de Oliveira.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de hum conto e oitenta mil réis, concedida por Decreto de vinte nove de Maio do corrente anno a D. Carolina Cecilia Campos de Oliveira, viuva do Chefe de Esquadra Pedro Ferreira de Oliveira, repartidamente com sua filha D. Adélia Carolina de Oliveira, sem prejuizo do meio soldo.

Art. 2.º As agraciadas perceberão a pensão desde a data do referido Decreto.

Art. 3.º São para este fim revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte oito de Julho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 1 de Agosto de 1860. — *Josino do Nascimento Silva.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 3 de Agosto de 1860. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

---

DECRETO N.º 1.066 — de 28 de Julho de 1860.

Approva pensão annual de 6003000 réis concedida por Decreto de 26 de Abril do corrente anno a D. Henriqueta Esmeria Nabuco e Carneiro.

Hei porbem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º He approvada a pensão annual de seiscentos mil réis concedida por Decreto de 26 de Abril do corrente anno a D. Henriqueta Esmeria Nabuco e Carneiro, viuva do Conselheiro João Carneiro de Campos.

Art. 2.º A agraciada perceberá a pensão desde a data do referido Decreto.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte oito de Julho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 1 de Agosto de 1860. — *Josino do Nascimento Silva.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 3 de Agosto de 1860. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*



DECRETO N.º 1.067 — de 28. de Julho de 1860.

Crêa huma nova Secretaria de Estado com a denominação de Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º Fica creada huma nova Secretaria de Estado com a denominação de Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

§ 1.º O respectivo Ministro e Secretario de Estado terá as mesmas honras, privilegios e vencimentos de que gozão os actuaes Ministros.

§ 2.º Fica o Governo autorisado para distribuir pelos differentes Ministerios as attribuições que devão a cada hum competir.

§ 3.º O Governo dará Regulamentos á referida Secretaria de Estado, empregando nella o pessoal necessario, tirado das diversas Secretarias de Estado, da Repartição Geral das Terras Publicas, e da Directoria Geral dos Correios.

§ 4.º O numero de empregados das Secretarias de Estado não poderá exceder ao actualmente existente nellas e naquellas duas Repartições, nem a somma a despende em seus vencimentos poderá exceder a que ora se despende.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte oito de Julho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 7 de Agosto de 1860. — *Josino do Nascimento Silva.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 8 de Agosto de 1860. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

**DECRETO N.º 1.068 — de 28 de Julho de 1860.**

**Autorisa o Governo a mandar passar cartas de naturalisação de cidadão Brasileiro a Antonio Vieira Maciel, e outros.**

**Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa :**

**Art. 1.º** He o Governo autorizado a mandar passar cartas de naturalisação de cidadão Brasileiro a Antonio Vieira Maciel, João Martins de Almeida, Roberto João Ripper Castro, Antonio José de Barros Lima, João Germano de Souza, João Pedro Pereira, Carlos Ernesto de Mesquita Falcão, João Gomes Ribeiro, Ignacio Francisco de Souza Ferraz, José Victor Coitinho Monteiro de Sá, Padre José Ribeiro Gonçalves, Manoel Maria da Silva, Joaquim Gomes Teixeira, Francisco Rodrigues Pereira Brandão, Francisco Coelho Gomes, Padre Paulino Soares, Manoel Bernardo Coelho, e Benjamin Sarah Diederich, subditos Portuguezes ; ao Padre Carlos Winckler, subdito Bavaro ; ao Padre Theodoro Testa Santa Maria do Presep, subdito Sardo ; a José Lyra de S. Pedro, subdito Hespanhol ; e ao Dr. Theodoro Raichert, subdito Prussiano.

**Art. 2.º** Revogão-se as disposições em contrario.

**João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte oito de Julho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.**

**Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.**

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

**Transitou na Chancellaria do Imperio em 7 de Agosto de 1860.—*Josino do Nascimento Silva.***

**Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 8 de Agosto de 1860.—*José Bonifácio Nascntes de Azambuja.***

**DECRETO N.º 1.069—de 4 de Agosto de 1860.**

Autorisa o Governo a reintegrar na praça de Aspirante a Guarda Marinha os alumnos do terceiro anno da Escola de Marinha, Luiz Barbalho Moniz Fiusa, Pedro Pinto da Veiga, Miguel Joaquim Pederneiras, Antonio Severiano Nunes e Francisco de Paula Telles de Menezes.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1.º He o Governo autorizado a reintegrar na praça de Aspirante a Guarda Marinha os alumnos do terceiro anno da Escola de Marinha, Luiz Barbalho Muniz Fiusa, Pedro Pinto da Veiga, Miguel Joaquim Pederneiras, Antonio Severiano Nunes e Francisco de Paula Telles de Menezes.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Francisco Xavier Paes Barreto, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatro de Agosto de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Francisco Xavier Paes Barreto.*

---

**DECRETO N.º 1.070—de 8 de Agosto de 1860.**

Autorisa o Governo para mandar matricular, e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife a Manoel de Andrade Martins Vallasques.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1.º He o Governo autorizado a mandar matricular, e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife a Manoel de Andrade Martins Vallasques, huma vez que apresente certidão de exame de Arithmetica e Geometria, preparatorios que lhe faltão.

Art. 2.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Agosto de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 20 de Agosto de 1860.—*Josino do Nascimento Silva*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 22 de Agosto de 1860. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*.

---

DECRETO N.º 1.071 —de 8 de Agosto de 1860.

Autorisa o Governo para mandar matricular, e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Medicina da Côte a Sergio José de Oliveira Santos.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º He o Governo autorizado a mandar matricular, e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Medicina da Côte a Sergio José de Oliveira Santos, huma vez que apresente certidão do exame de Mathematicas, preparatório que lhe falta.

Art. 2.º Ficão para este fim revogadas quaesquer disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Agosto de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Sellado na Chancellaria do Imperio em 20 de Agosto de 1860.—*Josino do Nascimento Silva*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 22 de Agosto de 1860. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja*.

DECRETO N.º 1.072 —de 8 de Agosto de 1860.

Autorisa o Governo para mandar matricular e admitir a exame do primeiro anno da Faculdade de Medicina da Córte a José Pereira da Costa Motta.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1.º He o Governo autorizado a mandar matricular e admitir a exame do primeiro anno da Faculdade de Medicina da Córte a José Pereira da Costa Motta, huma vez que apresente certidão de exame de Mathematicas, preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º Ficão revogadas para este fim quaesquer disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Agosto de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 20 de Agosto de 1860.—*Josino do Nascimento Silva.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 22 de Agosto de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*



DECRETO N.º 1.073 —de 8 de Agosto de 1860.

Autorisa o Governo para, mediante certas condições, mandar matricular nas Faculdades do Imperio os alumnos que por motivos justificados não tiverem comparecido no prazo fixado para as matriculas.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1.º Enquanto não forem definitivamente approvados os Estatutos das Faculdades de Direito e de Medicina, o Governo, ouvidas as congregações respectivas, poderá mandar matricular os alumnos que, por motivos justificados perante as mesmas congregações, não tiverem comparecido no

prazo fixado para as matriculas; com tanto que não tenha decorrido o tempo necessario para constituir faltas, que fação perder o anno.

Art. 2.º Ficção revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em oito de Agosto de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 20 de Agosto de 1860.—*Josino do Nascimento Silva.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 22 de Agosto de 1860.—*José Benifacio Nascentes d Azambuja.*

---

#### DECRETO N.º 1.074 — de 14 de Agosto de 1860.

Autorisa o Governo a mandar matricular e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife a João Pereira da Silva Leite.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assemblêa Geral Legislativa:

Art. 1.º He o Governo autorizado a mandar matricular e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife a João Pereira da Silva Leite, huma vez que apresente certidão de exame de Philosophia, preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º Ficção revogadas para este fim quaesquer disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Agosto de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 20 de Agosto de 1860.—*Josino do Nascimento Silva.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 22 de Agosto de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

**DECRETO N.º 1.075—de 14 de Agosto de 1860.**

Autorisa o Governo para mandar matricular e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife a Gonçalo de Aguiar Telles de Menezes.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º He o Governo autorizado a mandar matricular e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife a Gonçalo de Aguiar Telles de Menezes, huma vez que apresente certidão de exame de Latim, preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º Ficão revogadas para este fim quaesquer disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Agosto de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 20 de Agosto de 1860.—*Josino do Nascimento Silva.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 22 de Agosto de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

---

**DECRETO N.º 1.076—de 14 de Agosto de 1860.**

Autorisa o Governo a mandar matricular e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife a Antonio Lourenço de Carvalho Serra.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º He o Governo autorizado a mandar matricular e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife a Antonio Lourenço de Carvalho Serra, huma vez que apresente certidão de exame de Philosophia e Geometria, preparatorios que lhe faltão.

**Art. 2.º** Ficção revogadas para este fim as disposições em contrario.

**João de Almeida Pereira Filho**, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Agosto de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 20 de Agosto de 1860.—*Josino do Nascimento Silva*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 22 de Agosto de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*.

---

**DECRETO N.º 1.077 — de 14 de Agosto de 1860.**

Autorisa o Governo para mandar matricular, e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife a Rofiro Tavares de Almeida.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

**Art. 1.º** He o Governo autorisado a mandar matricular, e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife a Rofiro Tavares de Almeida, huma vez que apresente certidão de exame de Inglez, preparatorio que lhe falta.

**Art. 2.º** Ficção revogadas para este fim quaesquer disposições em contrario.

**João de Almeida Pereira Filho**, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Agosto de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 20 de Agosto de 1860.—*Josino do Nascimento Silva*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 22 de Agosto de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*.



DECRETO N.º 1.078—de 14 de Agosto de 1860.

Autorisa o Governo para mandar matricular e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito de S. Paulo a Dionisio de Oliveira Silveiro Filho.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º He o Governo autorizado a mandar matricular, e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito de S. Paulo a Dionisio de Oliveira Silveiro Filho, huma vez que apresente certidão de exame de Geometria, preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º Ficão revogadas para este fim quaesquer disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Agosto de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 20 de Agosto de 1860.—*Josino do Nascimento Silva.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 22 de Agosto de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*



DECRETO N.º 1.079—de 14 de Agosto de 1860.

Autorisa o Governo a mandar matricular, e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito de S. Paulo a Carlos Thompson Flores.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º He o Governo autorizado a mandar matricular, e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito de S. Paulo a Carlos Thompson Flores, huma vez que apresente certidão de exame de Latim, preparatorio que lhe falta.

Art. 2.º Ficão revogadas para este fim quaesquer disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Agosto de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 20 de Agosto de 1860.—*Josino do Nascimento Silva.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 22 de Agosto de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*



#### DECRETO N.º 1.080—de 14 de Agosto de 1860.

Autorisa o Governo a mandar matricular, e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Medicina da Côrte a Francisco de Paula Costa Junior, e do primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife a Manoel Rodrigues de Arruda Camara.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º He o Governo autorizado a mandar matricular, e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Medicina da Côrte a Francisco de Paula Costa Junior, huma vez que apresente certidão de exame de Historia e Geometria, preparatorios que lhe faltão.

Art. 2.º He da mesma sorte o Governo autorizado a mandar matricular, e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife a Manoel Rodrigues de Arruda Camara, huma vez que apresente certidão de exame de Geometria, preparatorio que lhe falta.

Art. 3.º Ficão para este fim revogadas quaesquer disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Agosto de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 20 de Agosto de 1860.—*Josino do Nascimento Silva*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 22 de Agosto de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*.



DECRETO N.º 1.081—de 14 de Agosto de 1860.

Autorisa o Governo a mandar matricular, e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito de S. Paulo a Eduardo Meirelles Alves Moreira, e a Henrique Antonio Alves de Carvalho.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º He o Governo autorizado a mandar matricular, e admittir a exame do primeiro anno da Faculdade de Direito de S. Paulo a Eduardo Meirelles Alves Moreira, e a Henrique Antonio Alves de Carvalho, huma vez que apresentem certidão de exame de Rhetorica, que lhes falta.

Art. 2.º Ficão revogadas para este fim quaesquer disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em quatorze de Agosto de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 20 de Agosto de 1860.—*Josino do Nascimento Silva*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 22 de Agosto de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*.

DECRETO N.º 1.082 de 18 de Agosto de 1860.

Altera a Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846; e o Decreto n.º 842 de 19 de Setembro de 1855, sobre eleições.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1.º A Lei n.º 387 de 19 de Agosto de 1846, e o Decreto n.º 842 de 19 de Setembro de 1855 serão observados com as seguintes alterações :

§ 1.º Nenhuma provincia dará menos de dous Deputados á Assembléa Geral.

§ 2.º As provincias do Imperio serão divididas em districtos eleitoraes de tres Deputados cada hum. Quando porém derem só dous Deputados, ou o numero destes não fôr multiplo de tres, haverá hum ou dous districtos de dous Deputados.

§ 3.º Haverá tantos collegios eleitoraes quantas forem as cidades e villas do Imperio, com tanto que nenhum delles tenha menos de vinte eleitores. Nos Municipios porém em que se não verificar este numero, os respectivos eleitores formarão collegio com os da cidade ou villa do mesmo districto que ficar mais proxima, excepto quando distarem entre si mais de trinta legoas por terra, caso em que poderá haver collegio de menos de vinte eleitores.

§ 4.º Os Deputados á Assembléa Geral serão eleitos por maioria relativa de votos.

§ 5.º Não haverá supplentes de Deputados, á Assembléa Geral. No caso de morte do Deputado, opção por outro districto, ou perda do seu lugar por qualquer motivo, proceder-se-ha á nova eleição no respectivo districto.

§ 6.º A eleição dos membros das Assembléas provinciaes far-se-ha da mesma maneira que a dos Deputados á Assembléa Geral, ficando revogada a disposição do paragrapho dezasete do artigo primeiro do Decreto de 19 de Setembro de 1855, e distribuindo-se o numero que compete á cada provincia, nos termos do paragrapho dezaseis do mesmo artigo, pelos novos districtos, na proporção do numero de Deputados que cada hum delles elege.

§ 7.º As disposições dos paragraphos quarto e quinto são extensivas aos membros das Assembléas Provinciaes.

§ 8.º Nos districtos eleitoraes, que tiverem mais de hum Collegio, o Governo designará para a apuração geral dos votos a Camara Municipal da Cidade ou Villa mais importante dos mesmos districtos.

§ 9.º Os Eleitores, de que trata o paragrapho doze do artigo primeiro do Decreto de 19 de Setembro de 1855, são unicamente os do Collegio, que se reune na Cidade ou Villa, cabeça do districto eleitoral, e suas funcções limitão-se a assistir

ao acto da apuração, e reclamar contra qualquer irregularidade, que nella observem, lançando-se a reclamação na acta respectiva. Poderão porém assistir áquelle acto, e usar do mesmo direito de reclamação os Eleitores dos demais Collegios do districto.

§ 10. O Governo na Côte, e os Presidentes nas Provincias fixarão o numero de Eleitores que deva dar cada Parochia, na razão de hum Eleitor por trinta votantes, conforme a menor das qualificações feitas nos annos de 1857, 1858 e 1859, com tanto porém que nenhuma Parochia dê menos Eleitores do que o numero approvado na actual Legislatura, nem tenha augmento maior que a metade desse numero.

Se faltar alguma das qualificações acima apontadas, regulará a menor das duas que existirem; havendo apenas huma, esta; e na falta das tres, a do corrente anno.

§ 11. Quando de huma ou mais Parochias se houver desmembrado territorio para se annexar a outra, ou para formar nova Parochia, esta ou aquella juntamente com as que perdêrão territorio não darão maior numero de Eleitores do que derão antes da alteração, ou quando reunidas na eleição da actual Legislatura, salvo o augmento permittido no paragrapho antecedente.

A distribuição do numero de Eleitores, que deve tocar a cada huma dellas, scrá feita sobre a base da qualificação anterior ao desmembramento.

§ 12. Nas Parochias que soffrerem alteração em seus territorios, ou que forem creadas depois da execução desta Lei, far-se-ha a distribuição do numero de seus Eleitores segundo a regra estabelecida no paragrapho antecedente.

§ 13. As incompatibilidades estabelecidas pelo paragrapho vinte do artigo primeiro do Decreto de 19 de Setembro de 1855 comprehendem os Juizes de Orphãos, e os substitutos destes, bem como os dos funcionarios designados no mesmo Decreto, que tiverem estado no exercicio dos respectivos cargos dentro dos quatro mezes anteriores á eleição secundaria.

§ 14. A incompatibilidade dos funcionarios effectivos, a que se refere o paragrapho antecedente, e o vigesimo do artigo primeiro do Decreto de 19 de Setembro de 1855, subsiste ainda em todo o districto eleitoral, se não tiverem deixado seis mezes antes da eleição secundaria o exercicio dos respectivos cargos, em virtude de renuncia, demissão, accesso ou remoção.

§ 15. Os prazos marcados nos dous paragraphos antecedentes ficão reduzidos a tres mezes para a primeira eleição de Deputados que se fizer em virtude desta Lei; bem como nos casos da dissolução da Camara dos Deputados.

§ 16. A eleição de Eleitores da proxima Legislatura terá lugar na ultima dominga do mez de Dezembro deste anno.

Art. 2.º A organização dos novos districtos eleitoraes se fará de conformidade com o paragrapho segundo do artigo primeiro, attendendo o Governo na annexação dos actuaes districtos, quanto fôr possível a sua integridade e contiguidade.

Feita a divisão e designação de que tratão os paragraphos segundo, terceiro, oitavo, decimo e decimo primeiro do artigo primeiro, não poderão ser alteradas senão por Lei.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Agosto de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 20 de Agosto de 1860. — *Josino do Nascimento Silva.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 20 de Agosto de 1860. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

— > < —

### LEI N.º 1.083—de 22 de Agosto de 1860.

Contendo providencias sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades.

Dom Pedro Segundo, Por Graça de Deos e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral Legislativa decretou e nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º Nenhum dos Bancos creados por Decretos do Poder Executivo poderá emittir, sob a fôrma de notas ou bilhetes ao portador, quantia superior ao termo médio de sua emissão operada no decurso do primeiro semestre do corrente anno, enquanto não estiver habilitado para realizar em ouro o pagamento de suas notas; excepto se, além do fundo disponível ou de garantia e das outras condições estabelecidas nos respectivos estatutos, tiver em caixa parte de seu capital equivalente ao excesso do dito termo médio de emissão, e fôr

esta parte representada por moeda de ouro ou barras do mesmo metal do toque de vinte dous quilates, ou por barras de prata de onze dinheiros na relação fixada pelo art. 3.º do Decreto n.º 1.721 de 5 de Fevereiro de 1856, com tanto que o valor destas não exceda a quarta parte do da moeda e barras de ouro.

Em quanto o Banco do Brasil não puder realizar também em ouro o pagamento das respectivas notas, só poderá o Governo conceder-lhe a faculdade de elevar a emissão além do duplo do fundo disponível, nos termos do art. 1.º § 7.º da Lei n.º 683 de 5 de Julho de 1853, e do art. 18 dos estatutos do mesmo Banco, quando tal concessão não lhe der o direito de emittir quantia superior ao termo médio da emissão, calculado por trimestres desde a sua installação até o que se tiver completado em Março do corrente anno.

§ 1.º Se a emissão actual de qualquer Banco exceder os limites fixados no principio deste artigo, será elle obrigado a reduzi-la a esses limites, dentro do prazo que o Governo determinar, nunca maior que o de seis mezes.

§ 2.º Nenhum dos Bancos creados por Decretos do Poder Executivo poderá emittir ou manter na circulação notas, bilhetes, e em geral escriptos que contenhão promessa ou obrigação de valor recebido em deposito, ou de pagamento ao portador, de quantia inferior a cincoenta mil réis na Côrte e Provincia do Rio de Janeiro, e a vinte cinco mil réis nas outras Provincias.

Se dentro de seis mezes, contados da publicação desta Lei, o Banco do Brasil não se achar habilitado para realizar suas notas em ouro, não poderá dahi em diante conservar na circulação mais de vinte cinco por cento da sua emissão total, representados pelos referidos bilhetes de quantia inferior a cincoenta mil réis na Côrte, e vinte cinco mil réis nas Provincias.

O Governo marcará, na fórmula do art. 5.º da Lei n.º 53 de 6 de Outubro de 1835, hum prazo razoavel, dentro do qual as notas ou bilhetes de taes valores deverão ser resgatados, ficando estes, desde que tiver começado o resgate ou substituição, isentos do imposto do sello respectivo. O abatimento ou valor total dos bilhetes ou notas, não resgatadas nos prazos fixados na fórmula desta Lei, reverterá em beneficio dos estabelecimentos pios que o Governo designar.

§ 3.º Se no fim do prazo de hum anno, contado da publicação desta lei, os Bancos não se acharem ainda habilitados para trocar suas notas por moeda de ouro, o Governo fará restringir annualmente, em quanto não conseguirem este resultado, a somma das notas ou bilhetes em circulação, na proporção que marcará de accôrdo com os mesmos Bancos; não podendo esta ser no primeiro anno inferior a 3 %. nem

superior a 5 %, e nos annos seguintes inferior a 6 % nem superior a 12 % da dita somma, na qual não se incluíra a que os mesmos Bancos tiverem adicionalmente emitido em virtude da excepção de que trata o principio deste artigo.

§ 4.º Será permitido aos Bancos de circulação, que actualmente se achão creados por Decretos do Poder Executivo, substituir seus titulos de garantiã pelos valores mencionados na parte 1.ª deste artigo; e logo que suas notas fôrem convertiveis em moeda de ouro, á vontade do portador, poderão emittir na razão dupla dos referidos metaes ou moeda de ouro que effectivamente possuirem, dentro dos limites marcados nos seus estatutos, que por este facto ficarão desde logo alterados neste sentido.

§ 5.º Será considerado fallido o Banco de circulação que não satisfizer á vista e em moeda corrente, ou, verificadas as hypotheses do pagamento previstas pelo paragrapho antecedente, em moeda de ouro, á vontade do portador, a importancia de seu bilhete ou nota apresentada ao troco; e pelo tempo da mora o portador terá direito ao juro corrente. Nas mesmas penas incorrerão os Bancos que violarem as disposições dos §§ 1.º, 2.º, 3.º, e 4.º deste artigo.

Provado o facto por protesto ou qualquer outro modo que produza fé, o juiz competente, a requerimento da parte, ou por denuncia do promotor publico ou de qualquer fiscal da Fazenda, ou ex-officio, procederá nos termos da Lei á abertura e declaração da fallencia.

§ 6.º As notas dos Bancos, no caso de fallencia, serão consideradas titulos de deposito, e como taes serão classificadas e graduadas.

§ 7.º Em cada hum dos Bancos creados por Decretos do Poder Executivo haverá hum fiscal da nomeação do Governo, ao qual competirá:

1.º Fiscalisar todas as operações do Banco e as deliberações de seu Conselho Administrativo, e da Assembléa Geral dos Accionistas, e suspender a execução das que fôrem contrarias aos estatutos e á presente Lei, dando immediatamente conta ao Governo para que este decida se devem ser ou não executadas.

2.º Assistir, quando julgar conveniente, ás sessões da Assembléa Geral dos Accionistas, ás do Conselho Administrativo e de suas Comissões, e dar parecer sobre qualquer materia sujeita á sua deliberação.

3.º Assistir ao recenseamento das caixas do Banco, e exigi-lo quando julgar conveniente.

4.º Examinar a escripturação do Banco todas as vezes que fôr a bem do interesse publico.

Este fiscal perceberá hum honorario annual, que será fixado pelo Ministro da Fazenda, e pago pelo Banco.



§ 8.º Só poderão fazer parte dos dividendos dos Bancos e Sociedades Anonymas de qualquer natureza os lucros líquidos provenientes das operações effectivamente concluídas no respectivo semestre.

§ 9.º O Governo poderá promover o resgate do papel moeda, na forma da Lei n.º 401 de 11 de Setembro de 1846, sem prejuizo da disposição do art. 2.º da Lei n.º 683 de 5 de Julho de 1853.

§ 10. Nenhum Banco, que não fôr dos actualmente estabelecidos por Decretos do Poder Executivo, Companhia ou Sociedade de qualquer natureza, commerciante ou individuo de qualquer condição, poderá emittir, sem autorisação do Poder Legislativo, notas, bilhetes, vales, papel ou titulo algum ao portador, ou com o nome deste em branco, sob pena de multa do quadruplo do seu valor, a qual recahirá integralmente tanto sobre o que emittir como sobre o portador.

Esta disposição todavia não comprehende os recibos e mandatos ao portador, passados para serem pagos na mesma praça em virtude de contas correntes, com tanto que sejam de quantia superior a cincoenta mil réis.

Taes recibos e mandatos deverão ser apresentados no prazo de tres dias contados das respectivas datas, sob pena de perder o portador o direito regressivo contra o passador.

§ 11. He permitido ás Caixas Matriz e Filiaes do Banco do Brasil receber em pagamento notas dos outros Bancos de circulação existentes nos lugares em que cada huma dellas se achar assentada, e estes estabelecimentos serão obrigados a trocar semanalmente, em lugar certo, as notas que tiverem recebido huns dos outros, e a realisar os respectivos saldos em moeda corrente.

§ 12. Não poderão fazer parte do fundo disponivel ou da garantia da emissão dos Bancos as moedas de prata, nem as notas do Governo do valor de 1\$000 a 5\$000, nem notas de qualquer Banco.

O Governo desmonetisarà as moedas de ouro de 5\$000.

Art. 2.º Na organização e regimen das Companhias e Sociedades Anonymas, assim civis como mercantis, observar-se-hão as seguintes disposições:

§ 1.º As Companhias ou Sociedades Anonymas, Nacionais ou Estrangeiras, suas Caixas Filiaes ou Agencias, que se incorporarem ou funccionarem sem autorisação concedida por Lei ou por Decreto do Poder Executivo, e approvação de seus estatutos ou escripturas de associação, além de incorrerem na pena do art. 10 do Decreto n. 575 de 10 de Janeiro de 1849, pagarão as que tiverem capital social a multa de 1 a 5% do mesmo capital, e as que o não tiverem a de 1:000\$ a 5:000\$000, pelas quaes multas, assim como por todos os actos das referidas

Sociedades, ficção solidariamente responsáveis os socios, que as organisarem ou tomarem parte em suas deliberações, direcção ou gerencia, e as pessoas que directa ou indirectamente as promoverem.

Esta disposição he applicavel aos Monte-Pios, ás Sociedades de Soccorros Mutuos, ás Caixas Economicas, e a toda e qualquer Sociedade sem firma social, administrada por mandatarios, ainda que seja beneficente. Aos Presidentes das Provincias, e na fórma dos Regulamentos do Governo, pertence a faculdade de autorisar e approvar os estatutos dos Monte-Pios e das Sociedades de Soccorros Mutuos ou de qualquer outra Associação de beneficencia estabelecidas nas Provincias, salva a disposição do art. 10 § 10 da Lei n.º 16 de 12 de Agosto de 1834.

§ 2.º Enquanto por Lei não fôr regulada esta materia, fica dependente de authorisação legislativa especial a creação e organização ou incorporação: 1.º, de Bancos de circulação ou de suas Caixas Filiaes e Agencias; 2.º, de Companhias que emprehenderem a construcção de estradas de ferro e canaes de navegação que servirem a mais de huma Provincia.

Esta disposição he extensiva á approvação ou confirmação dos estatutos ou escripturas de associação e prorogação do tempo de duração das referidas Companhias ou Sociedades Anonymas.

§ 3.º A authorisação e approvação de que trata o paragrapho antecedente deverá ser solicitada por intermedio do Governo, o qual, ouvida a respectiva Secção do Conselho de Estado, remetterá á Assembléa Geral os documentos e informações que julgar convenientes.

§ 4.º As disposições dos paragraphos antecedentes ficção extensivas ás reformas e modificações ou alterações dos estatutos ou das escripturas de associação.

§ 5.º Em quanto o Governo não declarar constituida huma Companhia ou Sociedade Anonyma, não se poderá emittir, sob qualquer pretexto, titulo algum, cautela, promessa de acções, ou declaração de qualquer natureza, que possa certificar a qualidade de accionista; e ainda depois de constituida, suas acções não serão negociaveis, nem poderão ser cotadas, sem que esteja realisado hum quarto do seu valor.

A infracção das disposições do presente paragrapho dará lugar á imposição da multa de hum a cinco contos de réis aos que emittirem, transferirem, negociarem ou cotarem acções de taes companhias ou sociedades, ou sob qualquer pretexto tomarem parte em seus actos ou transacções. Esta pena he applicavel aos que promoverem ou se encarregarem: 1.º, de distribuir acções de Companhias ou Sociedades Anonymas fundadas em Paizes Estrangeiros; 2.º, de promover em qualquer praça do Imperio emprestimos a favor de Governos Estrangeiros ou de Companhias estabelecidas em outros Paizes, sem authorisação do Governo Imperial, e antes do registro dos respectivos estatutos

ou contractos, ou servirem de intermediarios em transacções sobre taes títulos ou acções.

§ 6.º A carta de autorisação e os estatutos das Companhias e Sociedades Anonymas, depois de competentemente approvados e registrados no prazo que o Governo determinar em seus Regulamentos, serão publicados nos periodicos de maior circulação do lugar do registro, por ordem da autoridade competente, e á custa dos interessados.

Do registro dos contratos das demais Sociedades a autoridade competente mandará pelo mesmo modo publicar unicamente os nomes dos associados ou dos seus gerentes, quer as Sociedades sejam em nome colectivo, quer em commandita, a razão social, o seu capital, objecto ou fim.

§ 7.º As disposições penaes do § 1.º deste artigo ficão extensivas ás Companhias e Sociedades referidas no mesmo paragrapho, que, estando legalmente incorporadas, ultrapassarem o circulo de suas operações traçado pelos seus estatutos, ou fõrem dirigidas de hum modo contrario ás condições e regras estabelecidas por elles ou pela presente Lei.

§ 8.º As Companhias ou Sociedades Anonymas especificadas no § 1.º do presente artigo, que actualmente funcționarem sem autorisação e approvação de seus estatutos ou escripturas de associação, serão obrigadas a solicita-la dentro do prazo e pela forma que o Governo determinar em seus Regulamentos. As que o não fizerem incorrerão nas penas comminadas no dito § 1.º

§ 9.º Os gerentes ou directores das Companhias ou Sociedades Anonymas, de que trata o § 1.º deste artigo, serão obrigados a publicar e remetter ao Governo, nos prazos e pelo modo estabelecidos nos seus Regulamentos, os balanços, demonstrações e documentos que por estes forem determinados, sob pena de multa de 100\$ a 1:000\$000 por cada falta ou omissão.

§ 10. Os Bancos não poderão emprestar sobre penhor de suas proprias acções.

§ 11. Os directores ou membros da gerencia ou administração dos Bancos serão substituidos annualmente na quinta parte. A antiguidade, e, no caso de igual antiguidade, a sorte regulará a substituição.

§ 12. Não serão admittidos votos por procuração para a eleição de directores ou membros da gerencia ou administração dos Bancos.

§ 13. Os directores e supplentes substituidos não poderão ser reeleitos dentro do primeiro anno, contado do dia da substituição.

§ 14. As Caixas Economicas, como estabelecimentos de beneficencia, serão dirigidas e administradas gratuitamente por directores nomeados pelo Governo; e os bons serviços por estes prestados serão reputados relevantes em qualquer occa-sião e para qualquer fim.

Parte I.

*Dir. adm.  
5.8/62  
Dec. 21  
2.8/12  
13 de  
Dez. 21  
18 de  
art. 27*

§ 15. As Caixas Economicas não poderão fazer outra operação que não seja a de receber a premio semanalmente valores não excedentes a 50\$000 por cada depositante. As quantias depositadas na mesma ou em differente Caixa por hum mesmo individuo, e que por accumulção ou por qualquer outro motivo excederem ao computo de 4:000\$000, não vencerão juros.

§ 16. Os dinheiros recebidos pelas Caixas Economicas serão entregues, no prazo maximo de oito dias, á Estação de Fazenda que o Governo designar em cada Provincia ou Municipio, e vencerão o juro de 6 % desde o dia de sua entrada. Os juros serão accumulados semestralmente, e a retirada dos depositos só poderá ter lugar com prévio aviso do depositante, feito com antecedencia de oito dias pelo menos.

§ 17. As Caixas Economicas que actualmente funcionão com autorisação do Governo continuarão as operações conforme seus estatutos, podendo os fundos que não estiverem empregados em titulos da divida publica fundada ou fluctuante ter o destino determinado no paragrapho antecedente.

§ 18. A disposição do § 16 deste artigo fica extensiva aos capitães e contribuições dos Monte-Pios e das Sociedades de Soccorros Mutuos que o requererem.

§ 19. Os Montes de Soccorro não poderão fazer outras operações senão as de empréstimos de dinheiro sobre penhor, pela taxa de juro que o Governo annualmente fixar, e a prazo nunca maior de nove mezes. Os fundos destes estabelecimentos para tal fim poderão consistir no producto de subscrições, doações e legados de particulares, ou poderão ser fornecidos por empréstimo do Governo, quando este o julgar conveniente, pela importancia depositada nos cofres publicos na fórma dos §§ 16, 17 e 18 deste artigo, ou por particulares a titulo benéfico ou oneroso.

§ 20. Os lucros realísados pelos Montes de Soccorro creados em virtude da presente Lei, deduzidos os juros dos fundos fornecidos por empréstimo na fórma do paragrapho antecedente, farão parte do seu capital; e logo que este seja sufficiente para suas operações, poderão ser applicados annualmente ás despezas dos estabelecimentos pios que o Governo designar.

§ 21. Os dinheiros recebidos em virtude dos §§ 16, 17 e 18 deste artigo, que não tiverem a applicação autorísada pelo § 19, serão empregados nas operações de amortizaçáo da divida publica fundada, ou nas despezas ordinarias do Estado, sendo escripturados como deposito.

§ 22. As Caixas Economicas, os Monte-Pios e de Soccorro, e as Sociedades de Soccorros Mutuos, creados em virtude da presente Lei, ficão isentos do imposto do sello, e terão a faculdade de aceitar doações e legados.

§ 23. As Sociedades de qualquer especie, e os individuos que estabelecerem casas de empréstimo sobre penhores sem

autorisação, ou que tendo-a obtido não tiverem escripturação regular na forma que estabelecerem os Regulamentos do Governo, ficão sujeitos, além das penas comminadas no § 1.º deste artigo, e das em que incorrerem em virtude do Código Criminal, á de prisão simples de dous a seis mezes, que será imposta pela competente autoridade policial.

§ 24. As transacções e transferencias de acções de Companhias e Sociedades Anonymas, e dos titulos da divida publica, e de quaesquer outros que admittão cotação, só poderão ter lugar por intermedio dos respectivos corretores, sob pena de nullidade, além das que forem applicaveis a taes actos em virtude dos respectivos Regulamentos, salvo as disposições dos tratados em vigor.

Art. 3.º O Governo fica autorizado para fazer as despesas necessarias para substituição da actual moeda de cobre em circulação, por outra de nova especie, debaixo das seguintes bases :

1.ª O valor nominal de cada peça não poderá exceder a 10 % sobre a importancia das despesas de sua liga e fabrico.

2.ª Só serão obrigatorios os pagamentos na nova moeda até o valor da minima moeda de prata, a qual será de 500 rs., logo que o Governo tenha desmonetisado a de 200 rs., para o que fica autorizado.

3.ª O Governo não só marcará em seus Regulamentos os prazos e modo da substituição da moeda de cobre, mas também determinará a qualidade da liga da nova moeda, seu peso, valor, diametro e typo.

4.ª A moeda de cobre substituida será inutilizada e vendida como sialha.

5.ª A actual moeda de cobre que não fôr levada ao troco nos prazos que o Governo designar ficará sujeita ás disposições do art. 10 da Lei n.º 53 de 6 de Outubro de 1835.

Art. 4.º O Governo só poderá permittir o cunho da prata dos particulares em caso de necessidade, devendo a senhoriagem pertencer á Fazenda Publica.

Art. 5.º O Governo fica igualmente autorizado não só para conceder, aos accionistas das estradas de ferro que gozão da garantia do juro, a permuta de suas acções por apolices da divida publica interna de 6% ao par, ou por titulos da divida publica externa de 4 1/2 % ao par, se os ditos accionistas entrarem effectivamente no Thesouro com a quantia necessaria para preencher o valor nominal das mesmas acções, mas também para realisar a dita permuta por qualquer outro meio que não seja menos favoravel aos interesses do Estado.

A somma proveniente da primeira das indicadas operações terá a applicação que lhe fôr dada nas Leis do Orçamento.

Art. 6.º As multas de que trata a presente Lei, salva a disposição do § 23 do art. 2.º, serão impostas administrativamente.

Metade do seu producto será applicada em beneficio do Monte de Soccorro do lugar mais proximo, ou, na sua falta, de qualquer outro estabelecimento pio; e a outra metade será dividida entre os empregados ou pessoas que promoverem a sua imposição ou derem noticia da infracção.

Art. 7.º O Governo nos Regulamentos que expedir para a boa execução desta Lei poderá impôr multas de 100% até 1:000\$000, e de accordo com as presentes disposições determinará as condições necessarias para a organização e incorporação das Companhias e Sociedades Anonymas e dos estabelecimentos de que tratão o art. 1.º e os §§ 1.º, 14, 18, 19, e 20 do art. 2.º desta Lei, sua inspecção e exames, os casos e a fôrma da suspensão ou dissolução dellas, e o que fôr necessario para exercicio das funcções de corretor e regularidade de seus actos.

Art. 8.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos vinte dous de Agosto de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

*Angelo Moniz da Silva Ferraz.*

*Carta de Lei pela qual V. M. I. manda executar o Decreto da Assemblêa Geral Legislativa, que houve por bem sancionar, contendo providencias sobre os Bancos de emissão, meio circulante e diversas Companhias e Sociedades.*

Para V. M. I. vêr.

Carlos Augusto de Sá, a fez.

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Sellada na Chancellaria do Imperio em 23 de Agosto de 1860.—*Josino do Nascimento Silva.*

Foi publicada a presente Lei na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em 25 de Agosto de 1860.—*José Severiano da Rocha.*

Registrada a fl. 58 do Livro das Cartas de Leis e Decretos do Poder Legislativo em 25 de Agosto de 1860.—*José Francisco de Souza Bracarense.*

*Ex. do  
19 de  
Set. 86  
to. 1860  
10. 12.  
3. 11*

DECRETO N.º 1.084 — de 22 de Agosto de 1860.

Approva a pensão annual de 240\$000 reis concedida por Decreto de 20 de Fevereiro deste anno ao Guarda Nacional Ubaldo da Silva Brandão.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de duzentos e quarenta mil réis, concedida por Decreto de 20 de Fevereiro de 1860 ao Guarda Nacional da segunda companhia de Artilharia da Córte, Ubaldo da Silva Brandão.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do referido Decreto; revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e dous de Agosto de mil oitocentos e sessenta trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transiteu na Chancellaria do Imperio em 28 de Agosto de 1860. — *Josino do Nascimento e Silva.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 30 de Agosto de 1860. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

---

DECRETO N.º 1.085 — de 22 de Agosto de 1860.

Approva a pensão annual de 1:000\$000 reis concedida por Decreto de 24 de Dezembro de 1859 á Viscondessa de Goyana.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de hum conto de réis concedida por Decreto de 24 de Dezembro de 1859, á Viscondessa de Goyana.

Art. 2.º Esta pensão será paga desde a data do referido Decreto; revogadas para este fim as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e dous de Agosto de mil ottocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 28 de Agosto de 1860. — *Josino do Nascimento Silva.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 30 de Agosto de 1860. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

---

#### DECRETO N.º 1.086—de 22 de Agosto de 1860.

Autorisa o Governo a mandar matricular na Faculdade de Medicina da Bahia a Thomaz Lourenço da Silva Pinto.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º He o Governo autorizado a mandar matricular na Faculdade de Medicina da Bahia a Thomaz Lourenço da Silva Pinto, levando-se-lhe em conta os exames de preparatorios feitos na Faculdade de Direito do Recife.

Art. 2.º Ficão revogadas para esse fim quaesquer disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte, dous de Agosto de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*



Transitou na Chancellaria do Imperio em 28 de Agosto de 1860.—*Josino do Nascimento Silva*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 30 de Agosto de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*.

---

DECRETO N.º 1.087—de 22 de Agosto de 1860.

Autorisa o Governo a mandar matricular no primeiro anno da Faculdade de Direito de S. Paulo a Pedro Luiz Rodrigues Horta, e Miguel Figueirôa de Faria; e no segundo anno da Faculdade de Direito do Recife a Ernesto Julio Bandeira de Mello, se fôr approvedo nas materias do primeiro.

Hei por bem Sanccionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1.º He o Governo autorizado a mandar matricular no primeiro anno da Faculdade de Direito de S. Paulo a Pedro Luiz Rodrigues Horta, e Miguel Figueirôa de Faria, que frequentão como ouvintes, satisfazendo este previamente o exame de preparatorios que lhe falta.

Art. 2.º He tambem autorizado o Governo a mandar admitir a exame das materias do primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife, e sendo approvedo, à matricula do segundo anno, que frequenta como ouvinte, e ao respectivo exame, mostrando-se para isso habilitado na fôrma dos Estatutos, a Ernesto Julio Bandeira de Mello.

Art. 3.º Ficão revogadas para esse fim quaesquer disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Agosto de mil oitocentos e sessenta, trigésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 28 de Agosto de 1860.—*Josino do Nascimento Silva*.—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 30 de Agosto de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*.

**DECRETO N.º 1.088—de 22 de Agosto de 1860.**

Autorisa o Governo a mandar matricular no primeiro anno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a Fabio Sizino Bastos da Silva, e Ezequiel Alfredo dos Santos Ribeiro, e no primeiro anno da Faculdade de Medicina da Bahia a Marcos Antonio Monteiro da Silva.

**Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :**

**Art. 1.º** He o Governo autorizado a mandar matricular no primeiro anno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro a Fabio Sizino Bastos da Silva, e Ezequiel Alfredo dos Santos Ribeiro, sendo préviamente approvado, no exame de historia que lhes falta : e no primeiro anno da Faculdade de Medicina da Bahia a Marcos Antonio Monteiro da Silva, levando-se-lhe em conta os exames de preparatorios que fez, não obstante o lapso do tempo exigido para sua validade ; e á exame das materias do dito anno, huma vez que se mostrem habilitados na fórma dos respectivos Estatutos.

**Art. 2.º** Ficão revogadas para esse fim quaesquer disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Agosto de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 28 de Agosto de 1860.—*Josino do Nascimento Silva.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 30 de Agosto de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja*

---

**DECRETO N. 1.089—de 29 de Agosto de 1860.**

Approva a pensão annual de 1:440\$000 réis, concedida por Decreto de 11 de Julho do corrente anno á Baroneza da Victoria, repartidamente com sua filha D. Olympia de Gusmão Coelho.

**Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.**

**Art. 1.º** He approvada a pensão annual de hum conto quatrocentos e quarenta mil réis, concedida por Decreto de 11

de Julho do corrente anno à Baroneza da Victoria, repartidamente com sua filha D. Olympiá de Gusmão Coelho, sem prejuizo do meio soldo, percebendo as agraciadas a mencionada pensão desde a data do Decreto que a concedeu.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e nove de Agosto de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na chancellaria do Imperio em 1 de Setembro de 1860. — *Josino do Nascimento Silva.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 3 de Setembro de 1860. — *José Bonifacio Nascences de Azambuja.*



#### DECRETO N. 1.090 — do 1.º de Setembro de 1860.

Providencia sobre o processo nos crimes de furto de gado vaccum, cavallar, e outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Os crimes de furto de gado vaccum e cavallar, nos campos e pastos das fazendas de criação ou cultura, são casos de denuncia, e no seu processo e julgamento se observará o mesmo que acerca de outros crimes se acha estabelecido em a Lei numero quinhentos e sessenta de dous do Julho de mil oitocentos e cincoenta, e Regulamento numero setecentos e sete de nove de Outubro do mesmo anno.

Art. 2.º Tambem terá lugar o procedimento official da Justiça nos crimes seguintes:

§ 1.º Destruição e damnificação de aqueductos e mais obras publicas, assim como particulares, franqueadas ao uso publico.

§ 2.º Furto e damno de cousas pertencentes á Fazenda Publica.

*Parte 1.*

§ 3.º Injurias e calumnias não impressas, ameaças, ferimentos, offensas ou violencias qualificadas criminosas por lei, contra empregados publicos, sómente em actos de exercicio de suas funcções, quer o delinquente seja preso em flagrante, quér não.

Art. 3.º Ficão revogadas as Leis de seis de Junho e vinte e seis de Outubro de mil oitocentos e trinta e hum e mais disposições em contrario.

João Lustosa da Cunha Paranaguá, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em hum de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

---

DECRETO N. 1.091—do 1.º de Setembro de 1860.

Eleva a 1:200\$000 réis a pensão annual de 600\$000 réis concedida por Decreto de 5 de Janeiro de 1828 ao Tenente Coronel Francisco Xavier de Barros Galvão.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º A pensão de seiscentos mil réis annuaes concedida por Decreto de cinco de Janeiro de mil oitocentos e vinte oito ao Tenente Coronel Francisco Xavier de Barros Galvão, he elevada a hum conto e duzentos mil réis de conformidade com o Decreto de dezoito de Novembro de mil oitocentos e cincoenta e nove.

Art. 2.º O agraciado perceberá o acrescimo da referida pensão desde a data do Decreto que a concedeu.

Art. 3.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em o 1.º de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 6 de Setembro de 1860.—*Josino do Nascimento Silva.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 18 de Setembro de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Arambuja.*

**DECRETO N. 1.092 — do 1.º de Setembro de 1860.**

Designa a antiguidade que devem contar os Officiaes da Armada, e do Corpo de Fazenda, que tiverem servido, por nomeações provisórias, nos Navios de Guerra, como Praticantes, Pilotos, Pilotos Escrivães ou em qualquer outra praça.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Os Officiaes da Armada, e os do respectivo Corpo de Fazenda, que tiverem effectivamente servido á bordo dos Navios de Guerra Nacionaes, como Praticantes, Pilotos, Pilotos Escrivães, ou em qualquer outra praça, em virtude de nomeações provisórias, e dependentes de confirmação da Secretaria de Estado, ou Quartel General da Marinha, contarão suas antiguidades desde a data das referidas nomeações.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Francisco Xavier Paes Barreto, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em o primeiro de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Francisco Xavier Paes Barreto.*

---

**DECRETO N. 1.093 — de 3 de Setembro de 1860.**

Dispensa as Leis de Amortisação em favor do Hospital Portuguez, erecto na Cidade do Recife.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º São dispensadas em favor do Hospital Portuguez, erecto na Cidade do Recife da Provincia de Pernambuco, as Leis de amortisação, afim de que possa elle possuir o predio, em que funciona na dita Cidade, bem como para obter quaesquer outros, não excedendo o valor destes a duzentos contos de réis, que serão convertidos em Apolices da divida publica inalienaveis, no prazo que fôr fixado pelo Governo.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em cinco de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Angelo Moniz da Silva Ferraz.*

---

DECRETO N. 1.094 — de 5 de Setembro de 1860.

Manda contar na aposentadoria concedida a Antonio Teixeira Alves diversas épocas como tempo de serviço.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º O Governo mandará contar ao Solicitador dos Feitos da Fazenda da Provincia de Minas Geraes, Antonio Teixeira Alves, aposentado por Decreto de vinte dous de Agosto de mil oitocentos cincoenta e cinco, o tempo de serviço autorizado pela Provisão da Junta da Fazenda de onze de Junho de mil oitocentos e vinte dous, o tempo de serviço gratuito prestado á requisição dos Fiscacs desde mil oitocentos e trinta e tres até mil oitocentos e quarenta e dous, quando foi novamente nomeado, e o tempo em que esteve sem exercicio em virtude da demissão, que foi seguida da reintegração em Junho de mil oitocentos e quarenta e nove, afim de se fixar o seu vencimento em relação aos annos de serviço que se liquidarem em conformidade com o Decreto de vinte de Novembro de mil oitocentos e cincoenta.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Angelo Moniz da Silva Ferraz.*

**DECRETO N. 1.095 — de 10 de Setembro de 1860.**

Autorisa o Governo a reformar a Tabella das maiorias dos Officiaes combatentes da Armada Nacional.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º He o Governo autorizado a reformar a Tabella das maiorias dos Officiaes combatentes da Armada Nacional, podendo exceder os creditos votados até cem contos de réis.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Francisco Xavier Paes Barreto, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Francisco Xavier Paes Barreto.*

---

**DECRETO N. 1.096 — de 10 de Setembro de 1860.**

Regula os direitos civis e politicos dos filhos de estrangeiros nascidos no Brasil, cujos pais não estiverem em serviço de sua nação, e das estrangeiras que casarem com Brasileiros, e das Brasileiras que casarem com estrangeiros.

Hei por bem, Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º O direito que regula no Brasil o estado civil dos estrangeiros ahi residentes sem ser por serviço de sua nação poderá ser tambem applicado ao estado civil dos filhos desses mesmos estrangeiros nascidos no Imperio, durante a maioridade sómente e sem prejuizo da nacionalidade reconhecida pelo art. 6.º da Constituição. Logo que estes filhos chegarem á maioridade entrarão no exercicio dos direitos de cidadãos brasileiros, sujeitos ás respectivas obrigações na forma da Constituição e das Leis.

Art. 2.º A estrangeira, que casar com Brasileiro, seguirá a condição do marido; e semelhantemente a Brasileira que casar com estrangeiro, seguirá a condição deste. Se a Brasileira enviuvar, recobrará sua condição brasileira, huma vez que declare que quer fixar domicilio no Imperio.

Art. 3.º Ficção revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 14 de Setembro de 1860. — *Josino do Nascimento Silva.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 18 de Setembro de 1860. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

---

#### DECRETO N. 1.097 — de 10 de Setembro de 1860.

Autorisa o Governo a mandar passar Cartas de naturalisação a Antonio Maximiano de Figueiredo, e outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º He o Governo autorisado para mandar passar Cartas de naturalisação de Cidadão Brasileiro aos subditos Portuguezes, Antonio Maximiano de Figueiredo, José Maria Ferreira Pastor, Antonio José Alves, Padre Candido Cypriano da Rocha Couto, José Rodrigues Tigre, João de Assis Bastos, Joaquim Antonio do Soccorro, Manoel José de Moura, Carlos Antonio de Castro Paes, João Antonio Munhós, Manoel Marques Dias, Antonio de Oliveira Alhodos, Domingos Claudino da Silva, João Gaspar de Oliveira, Pedro Soares Diamante, Frederico Fernandes Paes, e João da Silva Moraes, residentes na Côte e Provincia do Rio de Janeiro; Padre Antonio da Cunha Lima, Antonio de Souza Dias, Padre Antonio Guedes de Assis, Padre José Vasques Gonçalves, Manoel Martins da Silva, Padre Manoel Ignácio Monteiro, José Vicente, e Padre Bernardo Barboza de Andrade Pinto Brandão, residentes na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul; Ernesto Cyrillo do Amaral Rego, e Hilario Maia da Rocha, residentes na Provincia de Santa Catharina; José Joaquim Lourenço, Manoel da Fraga Santos, Francisco Marques Fernandes da Silva, Francisco José de Oliveira Machado, Padres Manoel José Rodrigues Torres, e José Bento da Costa, residentes na Provincia de Minas-Geraes; Francisco Martins de Jesus, José Antonio Vieira de Faria, e Matheus Ferreira da Silva, residentes na Provincia do Espirito Santo;



João Augusto da Camara, residente na Provincia de Sergipe; João Pereira Vianna, residente na Provincia das Alagoas; Padre Thomaz Coelho Estima, residente na Provincia da Parahyba; Antonio Pinto Teixeira, residente na Provincia do Ceará; Joaquim Pinto de Moura, residente na Provincia do Piahy; Antonio Maria da Costa e Silva, José Francisco de Azevedo, Manoel Alves Leite, Joaquim José Videira, José da Rocha Prado, Estacio Manoel de Faria, e Manoel Antonio Gomes Ribeiro, residentes na Provincia do Maranhão; Antonio da Cunha Mendes, e José Ferreira Vaz de Carvalho, residentes na Provincia do Grão-Pará; e Manoel José Gomes, engajado no serviço da Armada.

Art. 2.º He tambem o Governo autorisado para mandar passar Cartas de naturalisação de Cidadão Brasileiro aos subditos Francezes, Fernando Etchelarne, engajado no serviço da Armada, René Joseph Avrignon, engajado no serviço do Exercito, Carlos Philipp Garçon Rivière, Engenheiro Civil, residente nesta Côte, e o Padre Antonio Francisco Maranink, residente na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul; aos subditos Hespanhóes, Padres Domingos Rodrigues, e José Valles de S. Fernando, residentes na mesma Provincia; aos Allemães, João Roberto Lehmann, Izidoro Paulo de Oliveira, Rodolpho Schneider, engajado no serviço do Exercito, e Christiano Eduardo William Walker, residente na mesma Provincia; ao subdito Austriaco, Pedro Tabachi, residente na Provincia do Espirito Santo; ao subdito da Confederação Helvetica, Herman Thyler, e ao Italiano, Januario Sequitini, residentes na Provincia de Minas Geraes; ao subdito Oriental, Antonio Bento Cassal, e ao subdito Inglez John Mº Geniti, residentes na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul; Bernardino Guastavino, subdito Argentino, engajado no serviço da Armada, e Joaquim Oscar Elster, subdito Dinamarquez, residente na Provincia da Bahia.

Art. 3.º Fica para este fim dispensada a disposição do art. 1.º do Decreto n.º 291 de 30 de Agosto de 1843.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dez de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 14 de Setembro de 1860.—*Josino do Nascimento Silva.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 18 de Setembro de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

DECRETO N.º 1.098—de 18 de Setembro de 1860.

Manda continuar em vigor para a proxima Legislatura o Decreto n. 672 de 13 de Setembro de 1852, que marca o subsidio, e a indemnisação para as despesas da viagem de vinda de volta dos Deputados.

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Continúa em vigor durante a proxima Legislatura o Decreto n. 672 de 13 de Setembro de 1852, que marca o subsidio, e a indemnisação para as despesas da viagem de vinda e volta dos Deputados.

Esta indemnisação não poderá verificar-se senão no caso de effectuar-se a viagem.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em dezoito de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 22 Setembro de 1860.—*Josino do Nascimento Silva.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios Imperio em 29 de Setembro de 1860.—*José Bonifacio Nascntes de Azambuja.*



LEI N. 1.099 — de 18 de Setembro de 1860.

Prohibe as loterias e rifas de qualquer especie, não autorisadas por Lei, e dá faculdade ao Governo para conceder loterias.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, Fazemos saber a todos os Nossos Subditos que a Assembléa Geral Legislativa decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º Ficão prohibidas as loterias e rifas de qualquer especie não autorisadas por Lei, ainda que corraõ annexas

à qualquer outra autorizada, sob pena de prisão simples de dous á seis mezos, perda de todos os bens e valores sobre que versarem, ou forem necessários para seu curso, e de multa igual a metade do valor dos bilhetes distribuidos.

§ 1.º Será reputada loteria, ou rifa a venda de bens, mercadorias, ou objectos de qualquer natureza que se prometter ou effectuar por meio de sorte; toda e qualquer operação em que houver promessa de premio ou de beneficio dependente de sorte.

§ 2.º Nas penas deste artigo incorrerão:

1.º Os autores,prehendedores, ou agentes de loterias ou rifas.

2.º Os que distribuirem, passarem ou venderem bilhetes de loterias, ou rifas.

3.º Os que por avisos, annuncios, ou por outro qualquer meio promoverem o seu curso, e extracção.

§ 3.º O producto dos bens, valores e multas de que trata o presente artigo, deduzidos cincoenta por cento da sua importancia á favor da pessoa ou Empregado que der noticia da infracção, ou promover sua repressão, será applicado ás despesas dos Estabelecimentos pios que o Governo designar.

§ 4.º Contra os infractores se procederá na fórma determinado pela Legislação em vigor sobre os delictos policiaes.

Art. 2.º Fica competindo ao Governo a faculdade de conceder loterias, e revogada a Lei de 6 de Junho de 1831; observando-se sobre este objecto as seguintes disposições:

§ 1.º Enquanto senão extrahirem todas as loterias concedidas até hoje, nenhuma outra o será pelo Governo, podendo este restringir o numero dellas, modificar as clausulas da concessão, e até annulla-la, quando tenha cessado, ou se tenha modificado o objecto da mesma concessão.

§ 2.º Verificada a hypothese do paragrapho antecedente, não poderá o Governo conceder mais de cincoenta e seis loterias annualmente.

§ 3.º Continuarão a ser extrahidas em cada anno, sem limitação de tempo, as loterias concedidas com esta clausula pela Legislação vigente em beneficio de diversos Estabelecimentos pios, e outros que são por esta fórma auxiliados.

§ 4.º O Governo sómente poderá conceder loterias em favor de Estabelecimentos pios de utilidade geral, e para construção e reparos de Igrejas Matrizas.

§ 5.º A concessão das loterias será feita por via de Decreto expedido pelo Ministerio da Fazenda, competindo áquelle a cuja Repartição estiver sujeito o Estabelecimento, em favor do qual forem concedidas, a fiscalisação immediata do emprego do producto dellas, e ao da Fazenda a guarda do dinheiro, em quanto não for empregado, e bem assim a tomada das respectivas contas, tanto do Thesoureiro das loterias, como dos agraciados.

§ 6.º O Governo não poderá conceder loterias para a construção e reparo de obras, sem que lhe sejam presentes, e por elle approvados, o plano das mesmas obras, e o orçamento da despesa que devão custar.

§ 7.º Não será entregue aos agraciados o producto de cada loteria, ou parte delle, sem terem apresentado no Thesouro Nacional a demonstração da applicação das sommas que hoverem anteriormente recebido; devendo prestar fiança nos casos e pela forma determinados nos Regulamentos do Governo.

§ 8.º A designação da ordem, segundo a qual serão extrahidas as loterias em cada anno, deverá ser feita logo no principio delle, por meio de Decreto expedido pelo Ministerio da Fazenda, á que fica sujeita a Thesouraria das loterias.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mandamos portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro em desoito de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR Com Rubrica e Guarda.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, Legislativa, que Houve por bem Sanccionar, prohibindo as loterias e rifas de qualquer especie não autorisadas por Lei, e dando faculdade ao Governo para conceder loterias.*

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

José Feliciano França, a fez.

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Sellada na Chancellaria do Imperio em 22 de Setembro de 1860.

Josino do Nascimento Silva.

Publicada na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em o 1.º de Outubro de 1860.

José Bonifacio Nascentes de Azambuja.

LEI N. 1.100—de 18 de Setembro de 1860.

Fixa a Força Naval para'o anno financeiro de 1861 a 1862.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos è Unanime Acclamação dos Povos, Impererador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos subditos que a Assembléa Geral Legislativa Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º A Força Naval para o anno financeiro, que ha de correr do 1.º de Julho de 1861 ao ultimo de Junho de 1862, constará :

§ 1.º Dos Officiaes da Armada, e das demais classes, que fôr preciso embarcar, conforme as lotações dos Navios e Estado Maior das Divisões Navaes.

§ 2.º Em circumstancias ordinarias, de 3.000 praças de Marinhagem e de pret dos Corpos de Marinha, embarcadas em Navios armados e transportes, e de 5.000, em circumstancias extraordinarias.

§ 3.º Do Corpo de Imperiaes Marinheiros, das Companhias de Aprendizizes Marinheiros creadas pelas Leis anteriores, do Batalhão Naval, e das Companhias de Imperiaes Marinheiros da Provincia de Mato-Grosso; continuando a authorisação para eleva-los ao seu estado completo.

Art. 2.º A força acima mencionada será preenchida pelos meios autorisados no art. 4.º da Lei n.º 613 de 21 de Agosto de 1851.

Art. 3.º Os Alumnos externos da Escola de Marinha, que obtiverem approvação nos tres annos do respectivo curso, e se houverem distinguido por seu bom comportamento, poderão ser admittidos no serviço da Armada como Guardas-Marinhas, huma vez que se sujeitem ás condições estabelecidas para os Alumnos internos no Regulamento approved pelo Decreto n.º 2.163 do 1.º de Maio de 1858.

Art. 4.º Os Officiaes da Armada, que forem transferidos para a 2.ª classe, nos termos do art. 2.º, § 1.º n.º 2 do Decreto n.º 260 do 1.º de Dezembro de 1841, e nessa classe se conservarem por mais de hum anno, não contarão de então por diante a antiguidade do posto.

Art. 5.º Fica revogado o art. 141 do Regulamento approved pelo Decreto n.º 2.163 do 1.º de Maio de 1858.

Art. 6.º O Governo he autorizado :

§ 1.º Para crear mais duas Companhias de Aprendizizes Marinheiros nas Provincias, onde julgar conveniente.

§ 2.º Para alterar os Regulamentos da Contadoria e Intendencia da Marinha, afim de harmonisar suas disposições com as do Decreto n.º 2.343 de 29 de Janeiro de 1859, não

augmentando o pessoal ora existente nessas estações, nem elevando os vencimentos dos respectivos Empregados, além dos que percebem os de igual categoria do Thesouro Nacional. Esta disposição só terá vigor até á proxima Sessão Legislativa.

Art. 7.º As disposições da presente Lei terão execução desde a sua promulgação, e são permanentes as dos arts. 3.º e 4.º

Art. 8.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Mandamos portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Marinha a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Rio de Janeiro, em dezoito de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

*Francisco Xavier Paes Barreto.*

*Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem Sancionar, para regular a Força Naval no anno financeiro, que ha de correr do primeiro de Julho de mil oitocentos e sessenta e hum até o ultimo de Junho de mil oitocentos e sessenta e dous.*

Para Vossa Magestade Imperial vêr.

Hermenegildo da Cunha Ribeiro Feijó, a fez.

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Sellada na Chancellaria do Imperio em 22 de Setembro de 1860.—*Josino do Nascimento Silva.*

Foi publicada a presente Lei nesta Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha em 24 de Setembro de 1860.—*Francisco Xavier Bontempo.*

Registrada a fl. 2 do Livro competente. Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha em 24 de Setembro de 1860.—*Joaquim Maria de Souza.*

**LEI N. 1.101—de 20 de Setembro de 1860.**

**Fixa as Forças de Terra para o anno financeiro de 1861—1862.**

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos e Unanime acclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil, Fazemos saber a todos os nossos subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nos queremos a Lei seguinte:

**Art. 1.º** As Forças de Terra para o anno financeiro de 1861—1862 constarão.

§ 1.º Dos Officiaes dos Corpos moveis e de guarnição, da Repartição Ecclesiastica, e dos Corpos de Saude, do Estado Maior de 1.ª e 2.ª Classe, de Engenheiros, e do Estado Maior General.

§ 2.º De 18,000 praças de pret de linha em circumstancias ordinarias, e de 25,000 em circumstancias extraordinarias.

**Art. 2.º** As forças fixadas para circumstancias ordinarias serão divididas em 12.000 praças de pret dos Corpos moveis e 6.000 dos Corpos de guarnição fixa. A 1.ª Classe comprehende o Batalhão de Engenheiros e os corpos moveis de artilharia, Cavallaria e Infantaria, e a 2.ª a força de Artífices, os Corpos de guarnição, as Companhias fixas e as de Pedestres.

**Art. 3.º** O Governo organizará a 2.ª Classe da força como mais conveniente fôr ao serviço publico, e a distribuirá segundo as exigencias do mesmo serviço.

**Art. 4.º** As forças fixadas no art. 1.º serão completadas por engajamento voluntario, e pelo recrutamento nos termos das disposições que existirem.

§ Unico. Os estrangeiros que estiverem nas circumstancias da Lei, e se quizerem contractar para servir no exercito, gozarão das mesmas vantagens pecuniarias que os nacionaes. Depois de 2 annos de serviço sem nota poderão ser naturalizados cidadãos brasileiros, dispensadas as formalidades exigidas na Lei de 23 de Outubro de 1832; sendo a carta de naturalisação isenta de quaesquer despesas ou emolumentos. Fica subentendido que nos Corpos de mais de 4 Companhias não serão admittidos mais de 100 estrangeiros, nos de menos de 4 Companhias até 50, e nas Companhias avulsas nunca mais da terça parte da força no estado completo.

**Art. 5.º** A respeito dos individuos que assentarem praça voluntariamente, ou que forem recrutados, terão lugar as seguintes disposições.

§ 1.º Os voluntarios servirão por 6 annos, e os recrutados por 9.

§ 2.º Os voluntarios, além da gratificação diaria igual ao soldo inteiro, ou ao meio soldo da 1.ª praça, emquanto forem

praças de pret, conforme tiverem, ou não servido no Exército o tempo marcado na Lei, perceberão como premio de engajamento huma gratificação que não exceda a 400\$000 réis, e quando obtiverem escusa, o Governo lhes concederá nas colonias militares, ou de nacionaes que se estabelecerem, hum prazo de terras de 22,500 braças quadradas.

§ 3.º Além do crime de deserção, qualquer outro que importe a condemnação por tempo superior a seis mezes de prisão, fará perder ás praças de pret as vantagens de voluntario.

§ 4.º Os recrutados poderão dar substitutos idoneos, e quando estes não sejão considerados taes pelo Governo, terá lugar a substituição mediante a quantia de 600\$000, que entrará para os cofres publicos para se applicar ao ajuste de voluntarios.

Art. 6.º O Governo fica autorisado para destacar até 5,000 praças da Guarda Nacional em circumstancias extraordinarias.

Art. 7.º Fica revogado o art. 26 do Regulamento n.º 772 de 31 de Março de 1851.

Art. 8.º Os Officiaes do Exército que forem transferidos para a 2.ª Classe nos termos do art. 2.º, § 1.º n. 2 do Decreto n.º 260 do 1.º de Dezembro de 1841, e nessa classe se conservarem por mais de hum anno, não contarão de então por diante antiguidade de posto.

Art. 9.º O Governo fica autorisado :

1.º Para reformar a Contadoria geral da Guerra, Pagadoria das Tropas, Arsenaes de Guerra, Armazens de artigos bellicos, e os Conselhos Administrativos para fornecimento dos Arsenaes não augmentando o pessoal ora existente nessas Estações, nem elevando os ordenados dos respectivos Empregados além dos que percebem os de igual categoria do Thesouro Nacional, e dos Arsenaes de Marinha segundo a natureza daquellas Repartições. Esta disposição só terá vigor até a primeira sessão Legislativa

2.º Para alterar o Regulamento organico do Corpo de Saude do Exército, reduzindo o pessoal administrativo dos Hospitaes e Enfermarias militares, bem como o dos alumnos pensionistas, elevando o quadro dos 1.ºs e 2.ºs Cirurgiões e Pharmaceuticos, com tanto, porém, que este augmento não exceda a 10 na 1.ª classe, a 30 na 2.ª, e a 12 na 3.ª

Art. 10. As disposições da presente Lei terão execução desde a sua promulgação; e são permanentes os arts. 7.º e 8.º

Art. 11. Ficão revogadas todas as disposições em contrario.

Mandamos portanto a todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Guerra



a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte dias do mez de Setembro de mil oitocentos e sessenta trigésimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR Com Rubrica e Guarda.

*Sebastião do Rego Barros.*

*Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral, que Houve por bem Sanccionar, fixando as Forças de Terra para o anno financeiro de 1861—1862.*

Para Vossa Magestade Imperial Ver.

Carlos Antonio Petra de Barros, a fez.

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Sellada na Chancellaria do Imperio em 22 de Setembro de 1860.

Josino do Nascimento Silva.

Foi publicada a presente Lei na Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 28 de Setembro de 1860.

Libanio Augusto da Cunha Mattos.

Registrada a fl. 187 do Liv. n. 3 de Leis. Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 29 de Setembro de 1860.

Guilherme Candido Bellegarde.

---

DECRETO N. 1.102—de 21 de Setembro de 1860.

Autorisa o Governo para mandar passar Carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro a Serafim Francisco de Carvalho, e outros.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º He o Governo autorizado para mandar passar Carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro aos subditos Portuguezes Serafim Francisco de Carvalho, Antonio Francisco Pinto

de Souza, Antonio José de Sampaio, João de Assis e Brito, Manoel José Vieira Mourão Braga, José Joaquim Barboza Araujo, Antonio da Silva Ferreira, e José Carlos de Mello Barreto, residentes nesta Córte; José Caetano Monteiro, José Coelho de Miranda, e Urbino José Fernandes de Castro, residentes na Província do Piauí; Caetano José do Amaral, Antonio Augusto Bezerra Paes, e Luiz Antonio de Moraes, residentes na Província de S. Paulo; José Joaquim Fiuza da Rocha, e José Venancio da Costa, residentes na Província de Minas Geraes; Manoel Joaquim Moreira, e José Augusto de Abranches, residentes na Província da Bahia; José Maria de Oliveira, Gervasio José da Silva Braga, e José Joaquim Rodrigues Cabral, residentes na Província do Rio de Janeiro; Joaquim José Fernandes Pedroza, Francisco Antonio de Oliveira, Padre José Antonio de Almeida e Silva, Joaquim de Almeida Vidal, Salvador Martins do Espirito Santo, residentes na Província do Rio Grande do Sul; João da Silva Serra, Padre José Godinho, e Manoel da Silva Sardinha, residentes na Província do Maranhão; Alexandre Ferreira Guimarães, residente na Província das Alagoas; José Pimentel Tavares, José Bartholomeu Corrêa, e Joaquim Ribeiro dos Santos.

Art. 2.º He tambem o Governo autorizado para mandar passar Carta de naturalisação de Cidadão Brasileiro ao subdito Prussiano Augusto Leidler, engajado no serviço do Exercito; ao subdito Dinamarquez Adolpho Jorge Guilherme Hamann, residente nesta Córte; ao subdito Allemão João Kalchaman, residente na Província da Bahia; e ao subdito Francez André Adolphe Daux.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte hum de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 28 de Setembro de 1860.—*Josino do Nascimento Silva.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em o 1.º de Outubro de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

**DECRETO N. 1.103—de 21 de Setembro de 1860.**

**Approva a pensão annual de 480\$000 réis, concedida a D. Maria Carlota Leitão Bandeira.**

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º Fica approvada a pensão annual de quatrocentos e oitenta mil réis concedida a D. Maria Carlota Leitão Bandeira, sem prejuizo do meio soldo a que possa ter direito, e percebendo a agraciada a pensão da data do Decreto que lh'a conferio.

Art. 2.º Revogão-se as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte hum de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 28 de Setembro de 1860.—*Josino do Nascimento Silva.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em o 1.º de Outubro de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*



**DECRETO N. 1.104—de 21 de Setembro de 1860.**

**Approva a pensão mensal de 12\$000 réis concedida por Decreto de 23 de Setembro do anno passado a Paulino Gomes da Paixão.**

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º He approvada a pensão de doze mil réis mensaes, concedida por Decreto de vinte tres de Setembro do anno passado a Paulino Gomes da Paixão, praça reformada do Corpo de Imperiaes Marinheiros.

Art. 2.º O agraciado perceberá a referida pensão desde a data do mesmo Decreto.

*Parte 1.*

Art. 3.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte hum de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 28 de Setembro de 1860.—*Josino do Nascimento Silva.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em o 1.º de Outubro de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

---

#### DECRETO N. 1.105 — de 21 de Setembro de 1860.

Reconhece Cidadão Brasileiro o Padre Felix Maria de Freitas Albuquerque.

Hei por bem Snccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Artigo Unico. Fica reconhecido Cidadão Brasileiro o Padre Felix Maria de Freitas Albuquerque, filho legitimo do Desembargador Francisco Maria de Freitas Albuquerque, que como tal está comprehendido na disposição do art. 6.º, § 2.º, da Constituição Política do Imperio, e tem gozado de todos os direitos civis e politicos que lhe competem, cuja posse ser-lhe-ha mantida com todos os seus effeitos; revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte hum de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 28 de Setembro de 1860.—*Josino do Nascimento Silva.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em o 1.º de Outubro de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

**DECRETO N. 1.106 — de 21 de Setembro de 1860.**

**Approva a pensão annual de 400\$000 réis concedida por Decreto de 30 de Junho deste anno a Pedro José Cardozo.**

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º He approvada a pensão annual de quatrocentos mil réis concedida por Decreto de trinta de Junho do corrente anno a Pedro José Cardozo.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e hum de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 28 de Setembro de 1860.—*Josino do Nascimento Silva.*

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em o 1.º de Outubro de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

---

**DECRETO N. 1.107 — de 22 de Setembro de 1860.**

**Autorisa o Governo a aposentar Silvano Francisco Alves, Membro da Junta Vaccinica da Córte.**

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º He o Governo autorizado a aposentar Silvano Francisco Alves com o ordenado que percebe na qualidade de Membro da Junta Vaccinica da Córte.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim

o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e dous de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 28 de Setembro de 1860. — *Josino do Nascimento Silva.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em o 1.º de Outubro de 1860. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

---

#### DECRETO N. 1.108— de 22 de Setembro de 1860.

Approva o Decreto n.º 2.196 de 23 de Junho de 1858, e o contracto a que o mesmo se refere celebrado com José Antonio Soares para a navegação por vapor entre Montevideo e a cidade de Cuyabá, capital da Provincia de Matto-Grosso

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa.

Art. 1.º He approvedo o Decreto numero dous mil cento e noventa e seis de vinte e tres de Junho de mil oitocentos e cincoenta e oito, e o contracto a que o mesmo se refere, celebrado com José Antonio Soares, para a navegação por vapor entre Montevideo e a cidade de Cuyabá, capital da Provincia de Matto-Grosso.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Setembro de mil oitocentos e sessenta trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 28 de Setembro de 1860. — *Josino do Nascimento Silva.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em o 1.º de Outubro de 1860. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

DECRETO N. 1.109 — de 22 de Setembro de 1860.

Approva o Decreto n.º 2.184 de 5 de Junho de 1858, pelo qual o Poder Executivo approvou os Estatutos da Companhia de Navegação a vapor na bahia do Rio de Janeiro, de que he empresário a Dr. Clinton Van Tuyl.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1.º He approvedo o Decreto numero dous mil cento e oitenta e quatro de cinco de Junho de mil oitocentos e cincoenta e oito, pelo qual o Poder Executivo approvou os Estatutos da Companhia de navegação a vapor na bahia do Rio de Janeiro, de que he empresario o Dr. Clinton Van Tuyl.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte dous de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 28 de Setembro de 1860. — *Josino do Nascimento Silva.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em o 1.º de Outubro de 1860. — *José Bonifacio de Asencios de Azambuja.*

---

DECRETO N. 1.110 — de 24 de Setembro de 1860.

Autorisa o despacho livre de direitos dos utensis e objectos que forem precisos á Empreza incumbida do esgoto das aguas e asseo publico da Cidade do Recife.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º O Governo fica autorisado a mandar admittir a despacho livre de direitos todos os utensis e objectos que forem precisos á Empreza incumbida do esgoto das aguas e asseo publico da Cidade do Recife, contractada pela Presidencia de Pernambuco com Carlos Luiz Cambronne.

Art. 2.º A qualidade e quantidade dos objectos necessarios á mesma Empreza, que devão ser isentos de direitos de consumo na conformidade do artigo antecedente, serão determinados pelo Governo.

Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Angelo Moniz da Silva Ferraz, do Meu Conselho, Senador do Imperio, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte quatro de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*Angelo Moniz da Silva Ferraz.*

---

#### DECRETO N. 1.111—de 27 de Setembro de 1860.

Autorisa o Governo a mandar satisfazer ao Padre Guilherme Paulo Tilbury o ordenado correspondente ao tempo em que esteve privado do exercicio da Cadeira da lingua Inglesa do Seminario de S. José.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1.º He o Governo autorizado para mandar satisfazer ao Padre Guilherme Paulo Tilbury o ordenado, á razão de quatrocentos mil réis por anno, correspondente ao tempo em que esteve privado do exercicio da Cadeira da Lingoa Inglesa do Seminario de S. José desta Côrte, em virtude do Aviso de vinte nove de Julho de mil oitocentos e trinta e hum, até vinte sete de Fevereiro de mil oitocentos e quarenta e oito, em que foi provido na de Professor publico da mesma lingua nesta Côrte.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte sete de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 3 de Outubro de 1860.—*Josino do Nascimento Silva.*—Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 6 de Outubro de 1860.—*José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*



DECRETO N. 1.112 — de 27 de Setembro de 1860.

Autorisa o Governo a fazer extensiva ao Bacharel José da Motta Azevedo Corrêa a disposição do art. 1.º do Decreto n. 23 de 30 de Agosto de 1834.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa .

Art. 1.º A disposição do art. 1.º do Decreto n. 23 de trinta de Agosto de mil oitocentos e trinta e quatro fica extensiva ao Bacharel formado pela Universidade de Coimbra José da Motta Azevedo Corrêa.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e sete de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigésimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 3 de Outubro de 1860. — *Josino do Nascimento Silva.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 6 de Outubro de 1860. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*



DECRETO N. 1.113 — de 27 de Setembro de 1860.

Autorisa o Governo a mandar matricular e admittir a exame, mediante certas condições, na Faculdade de Direito do Recife, e nas de Medicina da Bahia, e desta Côrte, a Vicente Jansen Pereira, Manoel de Souza Rolim de Alencar, Manoel Soares da Rocha, Candido Valeriano da Silva Freire, Joaquim Alves Conti, Antonio Esperidião Mattos do Prado, Jacintho Cardozo da Silva, José Lino Pereira Junior, Olegario Ferreira Bandeira, João Augusto Nepomuceno Machado, Belarmino José Ferreira da Silva, Jeronimo Lourenço de Araujo, Manoel Ignacio Lisboa, e Marcos de Oliveira Atruda Filho.

Hei por bem Sanccionar e mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa :

Art. 1.º He o Governo autorizada a mandar matricular e admittir a acto :

§ 1.º Do primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife, precedendo exame e approvação dos preparatorios que lhes faltão

os estudantes Vicente Jansen Pereira, Manoel de Souza Rolim de Alencar, Manoel Soares da Rocha, Candido Valeriano da Silva Freire, e o Bacharel em lettras Joaquim Alves Conti.

§ 2.º Do primeiro anno da Faculdade de Medicina da Côte, precedendo exame de historia, a Antonio Esperidião Mattos do Prado, Jacintho Cardozo da Silva, e José Lino Pereira Junior, depois de serem approvados nos exames preparatorios que lhes faltão.

§ 3.º Do primeiro anno da Faculdade de Medicina da Bahia a Olegario Ferreira Bandeira, e João Augusto Nepomuceno Machado, depois de approvados nos exames preparatorios que lhes faltão.

§ 4.º Do primeiro anno do curso Pharmaceutico da Côte a Belarmino José Ferreira da Silva, depois de approvado no exame de mathematicas.

§ 5.º Do primeiro anno da Faculdade de Medicina da Bahia o alumno do primeiro anno do curso Pharmaceutico daquella Faculdade Jeronimo Lourenço de Araujo, que frequenta a aula de anatomia, depois de approvado no exame de philosophia: e do segundo da mesma Faculdade a Manoel Ignacio Lisboa, que frequenta o terceiro anno do referido curso Pharmaceutico, precedendo os exames de philosophia e de anatomia geral e descriptiva.

§ 6.º A mandar, admittir a exame de anatomia, que frequenta como ouvinte na Faculdade de Medicina da Côte, a Marcos de Oliveira Arruda Filho, não podendo porém proseguir no segundo anno sem ser approvado no exame de historia.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e sete de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 3 de Outubro de 1860. — *Josino do Nascimento Silva.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 6 de Outubro de 1860. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*

**LEI N. 1.114 — de 27 de Setembro de 1860.**

Fixando a despesa e orçando a receita para o exercício de 1861—1862.

Dom Pedro Segundo, por Graça de Deos, e unanime acclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossós subditos que a Assembléa Geral Decretou e Nós Queremos a Lei seguinte:

**CAPITULO I.**

**DESPEZA GERAL.**

Art. 1.º A despesa geral do Imperio para o exercício de 1861—1862 he fixada na quantia de..... 51.313:939\$298 a qual será distribuida pelos seis diversos Ministerios na fórma especificada nos artigos seguintes:

Art. 2.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio he autorisado para despende com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de 10.996:087\$800

A saber :

1.º	Dotação de S. M. o Imperador.....	800:000\$000
2.º	Dita de S. M. a Imperatriz.....	96:000\$000
3.º	Alimentos da Princeza Imperial a Senhora D. Isabel.....	12:000\$000
4.º	Ditos da Princeza a Senhora D. Leopoldina.....	6:000\$000
5.º	Dotação da Princeza a Senhora D. Januaria, e alugueis de casas.....	102:000\$000
6.º	Dita de S. M. a Imperatriz do Brasil, viuva, Duqueza de Bragança.....	50:000\$000
7.º	Alimentos do Principe o Senhor D. Luiz.....	6:000\$000
8.º	Ditos do Principe o Senhor D. Felipe.	6:000\$000
9.º	Ordenados dos Mestres da Familia Imperial.....	9:600\$000
10.	Secretaria de Estado.....	210:000\$000
11.	Gabinete Imperial, ficando desde já supprimido o lugar de Ajudante do Porteiro, e passando o ordenado deste para o Porteiro, a titulo de gratificação.	1:900\$000
12.	Conselho de Estado.....	48:000\$000
13.	Presidencias de Provincias.....	231:280\$000
14.	Camara dos Senadores.....	266:390\$000
15.	Dita dos Deputados.....	346:460\$000

Parte I.

16.	Ajudas de custo de vinda e volta dos Deputados.....	52:600\$000
17.	Faculdades de Direito.....	163:246\$000
18.	Ditas de Medicina.....	229:350\$000
19.	Academia das Bellas-Artes.....	39:604\$000
20.	Muséo.....	9:000\$000
21.	Hygiene Publica.....	18:000\$000
22.	Empregados de saude nos portos.....	22:030\$000
23.	Lazaretos.....	120:000\$000
24.	Instituto Vaccinico.....	14:780\$000
25.	Garantia de juros ás estradas de ferro e de rodagem.....	634:318\$194
26.	Obras publicas geraes, e auxilio ás provincias.....	605:681\$806
27.	Correio Geral.....	600:000\$000
28.	Subvenção ás Companhias de navegação a vapor.....	2.565:000\$000
29.	Repartição Geral das Terras Publicas, medição destas e colonisação.....	914:240\$000
30.	Catechese e civilisação dos Indios....	80:000\$000
31.	Colonias Militares.....	200:000\$000
32.	Estabelecimento de educandas no Pará.	2:000\$000
33.	Archivo Publico.....	12:640\$000
34.	Para auxiliar a publicação das obras do Dr. Antonio Corrêa de Lacerda .	2:000\$000
35.	Para auxiliar a publicação das obras do Dr. Martius.....	3:000\$000
36.	Commissão scientifica para explorar o interior de algumas Provincias do Imperio, conforme a tabella A.....	130:000\$000
37.	Descobrimento e exploração de minas de carvão de pedra.....	8:000\$000
38.	Melhoramento da cultura da canna de assucar, do trigo, e de outros cereaes..	20:000\$000
39.	Soccorros publicos, e melhoramento do estado sanitario.....	200:000\$000
40.	Para começo da edificação de hum Palacio Imperial.....	150:000\$000
41.	Instituto Commercial.....	12:160\$000
42.	Dito dos meninos cegos.....	33:884\$000
43.	Dito dos surdos-mudos.....	16:000\$000
44.	Bibliotheca Publica.....	13:576\$500
45.	Instituto Historico e Geographico.....	5:000\$000
46.	Imperial Academia de Medicina.....	2:000\$000
47.	Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional.....	4:000\$000
48.	Eventuaes.....	30:000\$000

**No Município da Corte.**

49.	Instrucção Primaria e Secundaria....	275:301\$300
50.	Jardim Botanico da Lagôa de Rodrigo de Freitas.....	23:001\$000
51.	Dito do Passeio Publico.....	9:717\$000
52.	Prestação a João Caetano dos Santos...	41:000\$000
53.	Hospital dos Lazaros.....	2:000\$000
54.	Limpeza e irrigação da cidade.....	205:200\$000
55.	Obras Publicas.....	1.336:128\$000
56.	Exercicios findos.....	\$

---

Art. 3. O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça he autorisado para despendere com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de.... 5.082:167\$494

---

A saber :

1.º	Secretaria de Estado.....	220:560\$000
2.º	Tribunal Supremo de Justiça.....	104:800\$000
3.º	Relações, incluída a quantia de 3:000\$ para pagamento do ordenado do Desembargador Severo Amorim de Valle, na fórma da Lei n.º 639 de 26 de Setembro de 1857 .....	289:893\$334
4.º	Tribunaes do Commercio.....	40:400\$000
5.º	Justiças de primeira Instancia.....	896:320\$000
6.º	Ajudas de custo e gratificações por comissões extraordinarias.....	50:000\$000
7.º	Despeza secreta e repressão do trafico de Africanos.....	174:000\$000
8.º	Pessoal e material da Policia.....	507:194\$000
9.º	Guarda Nacional.....	167:621\$500
10.	Telegraphos.....	75:174\$100
11.	Bispos, Cathedraes, Relação Metropolitana, Parochos, Vigarios Geraes e Provisores, comprehendida a despeza com as Cathedraes e Cabidos das Dioceses de Goyaz e Cuiabá, sendo 50:000\$000 para reparo dos Palacios Episcopaes, alugueis de casas onde não os houver, compra de paramentos, e estabelecimento das Camaras Ecclesiasticas dos Bispados novos.....	982:871\$360
12.	Seminarios Episcopaes, incluídos 10:000\$ para pagamento dos Lentes	

do Seminario Episcopal de S. Paulo, na conformidade da Lei n.º 1.040 de 14 de Setembro de 1859; 6:000\$000 para o Seminario Episcopal da Provincia do Amazonas, e 4:000\$000 que serão despendidos com os Pensionistas que os Bispos do Imperio julgarem habilitados para estudarem no Seminario Americano em Roma.....		191:600\$000
13.	Condução, sustento, vestuario e curativo de presos.....	140:000\$000
14.	Eventuaes ..	\$

### No Municipio da Corte.

15.	Corpo Policial da Corte.....	561:733\$500
16.	Casa de Correção e reparo de cadêas..	120:000\$000
17.	Iluminação Publica.....	550:000\$000
18.	Exercicios findos .....	\$

Art. 4.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros he autorisado para despendor com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de 919:500\$641

A saber:

1.º	Secretaria de Estado, moeda do paiz..	153:890\$088
2.º	Legações e Consulados, ao cambio de 27 dinheiros sterlinos por mil réis..	533:730\$554
3.º	Empregados em disponibilidade, moeda do paiz.....	9:199\$999
4.º	Commissões mixtas, idem.....	15:880\$000
5.º	Commissão exploradora dos terrenos que interessão aos limites do Imperio com a Guyana Franceza.....	16:800\$000
6.º	Exploração e estudos topographicos e geographicos sobre limites e navegação fluvial.....	18:800\$000
7.º	Ajudas de custo.....	40:000\$000
8.º	Extraordinarias reservadas.....	50:000\$000
9.º	Eventuaes .....	25:200\$000
10.	Differenças de cambio e commissões...	56:000\$000
11.	Exercicios findos .....	\$

Art. 5.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha he autorizado para despende com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de. 7.169:793\$184

A saber :

1.º Secretaria de Estado.....	95:050\$000
2.º Conselho Naval.....	41:200\$000
3.º Quartel General da Marinha.....	14:871\$998
4.º Conselho Supremo Militar.....	12:684\$000
5.º Auditoria e Executoria.....	3:370\$000
6.º Contadoria.....	56:000\$000
7.º Corpo da Armada e Classes annexas...	526:111\$200
8.º Batalhão Naval.....	25:309\$500
9.º Corpo de Imperiaes Marinheiros.....	128:015\$000
10. Companhia de Invalidos.....	5:540\$000
11. Intendencia e accessorios.....	126:112\$000
12. Arsenaes.....	1.404:925\$960
13. Capitania de portos.....	141:673\$581
14. Força Naval e navios de transporte..	1.067:481\$416
15. Navios desarmados.....	34:202\$000
16. Hospitaes.....	59:213\$000
17. Pharoes.....	26:375\$400
18. Escola de Marinha.....	76:250\$076
19. Bibliotheca de Marinha.....	1:272\$413
20. Reformados.....	65:371\$140
21. Material.....	2.299:089\$600
22. Obras, sendo desde já 30:000\$000 para a continuação do caes do Varadouro, e 30:000\$000 para o melhoramento da barra do rio Mamanguape, na Provincia da Parahyba do Norte....	746:704\$900
23. Despezas extraordinarias e eventuaes..	212:970\$000
24. Exercicios findos.....	\$

Art. 6.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra he autorizado para despende com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de. .... 12.828:928\$068

A saber:

1.º Secretaria de Estado e Repartições annexas.....	225:576\$000
2.º Repartições de Fazenda.....	51:180\$000
3.º Arsenaes de Guerra, Armazens de artigos bellicos, e Conselhos Administrativos, ficando approvada a criação	

	do Laboratorio Pyrotechnico do Campinho.....	2.030:950\$800
4.º	Conselho Supremo Militar e de Justiça.....	42:314\$000
5.º	Instrucção Militar, ficando approvada a criação da Escola de Tiro estabelecida no Campo Grande.....	302:787\$700
6.º	Corpo de Saude e Hospitaes.....	599:288\$000
7.º	Exercito.....	7.027:405\$358
8.º	Commissões militares.....	112:039\$000
9.º	Classes inactivas.....	570:719\$962
10.	Gratificações diversas, ajudas de custo e recrutamento.....	450:600\$000
11.	Fabricas.....	185:760\$300
12.	Presidio de Fernando de Noronha....	87:065\$000
13.	Obras militares.....	541:833\$948
14.	Diversas despesas e eventuaes.....	601:408\$000
15.	Exercicios finidos.....	\$

---

Art. 7.º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda he autorizado para despende com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de **14.317:462\$111**

---

A saber:

1.º	Juros, amortisação e mais despesas da divida externa fundada, pertencente ao Estado, ao cambio par de 27 ....	3.648:711\$111
2.º	Ditos da divida interna fundada.....	3.460:156\$000
3.º	Ditos da divida inscripta antes da emissão das respectivas Apolices, &c....	12:000\$000
4.º	Caixa da Amortisação, filial da Bahia &c.....	40:000\$000
5.º	Pensionistas e Aposentados.....	1.066:033\$000
6.º	Empregados de Repartições extinctas..	26:362\$000
7.º	Thesouro e Thesourarias de Fazenda..	1.223:174\$000
8.º	Juizo dos Feitos da Fazenda.....	72:713\$000
9.º	Estações de arrecadação.....	2.744:015\$000
10.	Casa da Moeda.....	162:700\$000
11.	Administração de estamparia e impressão do Thesouro Nacional.....	49:228\$000
12.	Typographia Nacional.....	159:000\$000
13.	Administração de proprios nacionaes e de terrenos diamantinos.....	47:470\$000
14.	Ajudas de custo e gratificações por serviços temporarios e extraordinarios..	90:000\$000
15.	Curadoria de Africanos livres.....	1:900\$000



16.	Medição de terrenos de Marinha.....	3:000\$000
17.	Premios, descontos de bilhetes da Alfandega, comissões <del>corretagens</del> , seguros, juros reciprocos, agio de moedas e metaes.....	100:000\$000
18.	Juros do emprestimo do Cofre dos Orphãos.....	200:000\$000
19.	Obras.....	1.200:000\$000
20.	Eventuaes.....	20:000\$000
21.	Reposições e restituições.....	\$
22.	Pagamento do emprestimo do Cofre dos Orphãos.....	\$
23.	Dito de bens de defuntos e ausentes...	\$
24.	Dito de depositos de qualquer origem.	\$
25.	Exercicios findos.....	\$

## CAPITULO II.

### RECEITA GERAL.

#### *Renda Ordinaria.*

Art. 8.º A receita geral do Imperio he orçada na quantia de..... 49.659:651\$000

Art. 9.º Esta receita será effectuada com o producto da renda geral arrecadada dentro do exercicio da presente Lei, sob os titulos abaixo designados:

- 1.º Direitos de importação para consumo, ficando isento delles o sal estrangeiro.
- 2.º Direitos de baldeação e reexportação.
- 3.º Ditos idem para a Costa d'Africa.
- 4.º Expediente dos generos estrangeiros navegados por cabotagem, livres de direitos de consumo.
- 5.º Expediente dos generos do Paiz.
- 6.º Dito dos ditos livres.
- 7.º Armazenagem.
- 8.º Premios de assignados.
- 9.º Ancoragem.
10. Direitos de 15 por cento das embarcações estrangeiras que passam a nacionaes.
11. Ditos de 5 por cento na compra e venda de embarcações.
12. Ditos de 15 por cento de exportação de Páo Brasil.
13. Ditos de 5 por cento de exportação.
14. Ditos de 2 por cento idem.
15. Ditos de 1 por cento idem do ouro em barra.

16. Ditos de meio por cento dos diamantes.
17. Expediente das Capatazias.
18. Renda do Correio Geral.
19. Dita da Casa da Moeda.
20. Dita da senhoriagem da prata.
21. Dita da Typographia Nacional.
22. Dita da Casa de Correção.
23. Dita da Fabrica da Polvora.
24. Dita da de Ferro de Ypanema.
25. Dita dos Arsenaes.
26. Dita de proprios nacionaes.
27. Dita de terrenos diamantinos.
28. Fóros de terrenos e de marinhas, excepto as do Municipio da Côte, e producto da venda das posses ou dominios uteis daquelles terrenos de marinha, cujo asoramento fôr pretendido por mais de hum individuo a quem a Lei não mandar dar preferencia, ou não sendo esta requerida em tempo, os quaes serão postos em hasta publica para serem cedidos a quem mais der.
29. Laudemios, não comprehendidos os provenientes das vendas de terrenos de marinha da Côte.
30. Siza dos bens de raiz.
31. Decima urbana de huma legua além da demarcação.
32. Decima adicional das corporações de mão morta.
33. Direitos novos e velhos e de Chancellaria.
34. Ditos das patentes dos Officiaes da Guarda Nacional.
35. Dizima de Chancellaria.
36. Joias das ordens honorificas.
37. Matriculas das Faculdades de Direito e de Medicina.
38. Multas por infracção de Regulamentos.
39. Sello do papel fixo e proporcional.
40. Premios de depositos publicos.
41. Emolumentos.
42. Imposto dos Despachantes, Corretores e Agentes de leilões.
43. Dito sobre lojas, casas de descontos, &c.
44. Dito sobre casas de moveis, roupa, &c., fabricados em paiz estrangeiro.
45. Dito de 12 por % das loterias, desde já, sendo applicado hum por cento ao fundo capital dos Montes de Soccorro que o Governo designar.
46. Dito de 12 por % dos premios das mesmas, desde já.
47. Dito sobre a mineração,
48. Dito sobre datas mineraes.
49. Taxa dos escravos.
50. Venda de terras publicas.
51. Cobrança da divida activa.

*Peculiares do Municipio.*

- 52. Concessão de pennas d'agua.
- 53. Dizimos.
- 54. Decima urbana.
- 55. Emolumentos de Policia.
- 56. Imposto sobre casas de modas.
- 57. Dito de patente de consumo de aguardente.
- 58. Dito do gado do consumo.
- 59. Meia siza dos escravos.
- 60. Sello de heranças e legados.
- 61. Armazenagem de aguardente.

*Extraordinaria.*

- 62. Contribuição para o Monte-Pio.
- 63. Indemnisações, incluido o producto das loterias que o Governo deve mandar extrahir nos termos do art. 1.º da Lei n.º 696 de 20 de Agosto de 1853, e do 2.º da de n.º 979 de 15 de Setembro de 1858.
- 64. Juros de capitaes nacionaes.
- 65. Venda de generos e proprios nacionaes.
- 66. Receita eventual.
- 67. Producto de loterias para fazer face as despezas da Casa de Correção e do melhoramento sanitario do Imperio.

*Depositos.*

- 1.º Emprestimo do Cofre dos Orphãos.
- 2.º Bens de defuntos e ausentes.
- 3.º Ditos do evento.
- 4.º Premios de loterias.
- 5.º Salario de Africanos livres.
- 6.º Depositos de diversas origens.

Art. 10. O Governo fica autorizado para emittir bilhetes do Thesouro até à somma de 8.000 contos como anticipação de receita no exercicio desta Lei.

**CAPITULO III.**

**DISPOSIÇÕES GERAES.**

Art. 11. O Governo fica desde já autorizado:

§ 1.º Para cobrar nas Alfandegas do Imperio, até o fim do exercicio da presente Lei, hum imposto addicional de 2 até 5 por cento sobre o valor das mercadorias despachadas para consumo, conforme a sua qualidade e os direitos a que estejam sujeitas.

*Parte I.*

§ 2.º Para cobrar, até o fim do exercício da presente Lei, o imposto adicional de 2 por cento sobre a exportação, para portos estrangeiros, dos productos nacionaes actualmente sujeitos a direitos de 5 por cento de exportação, começando a sua cobrança do 1.º de Janeiro de 1861.

§ 3.º Para substituir a pena estabelecida pelo Alvará de 9 de Junho de 1809, e artigo 17 do Regulamento n.º 131 de 11 de Abril de 1842, por huma multa de 10 a 30 por cento do valor do escravo, repartidamente entre o vendedor e comprador, a qual será imposta pelo chefe da estação fiscal encarregada da arrecadação do imposto.

§ 4.º Para sujeitar, quando julgar conveniente, ao pagamento de direitos de consumo os couros, charques, e mais productos do gado, importados pelo interior da Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, de qualquer porto do Estado Oriental, ou dos outros Estados limitrophes, para serem consumidos no Imperio; e para impôr direitos de transitio sobre os mesmos generos destinados para o estrangeiro, ficando neste caso revogado o artigo 25 da Lei de 18 de Setembro de 1845 na parte relativa ás fronteiras, que julgar conveniente.

§ 5.º Para substituir o imposto de 2 por cento de Chancellaria, estabelecido pelo art. 9.º, § 2.º da Lei de 31 de Outubro de 1835, por huma multa até quatro por cento, nunca excedendo de 600\$000 rs. sobre o valor do pedido nas acções civeis, ou crimes civilmente intentadas, e realizavel sómente nos casos de recurso de appellação, guardadas porém as isenções estabelecidas no art. 1.º, §§ 1.º e 2.º do Decreto n.º 150 de 9 de Abril de 1842, e art. 8.º do de n.º 413 de 10 de Junho de 1845.

§ 6.º Para realizar a venda dos proprios nacionaes, que forem desnecessarios ao serviço publico, e que não derem hum rendimento, pelo menos, equivalente ás despesas de seu custeio, e ao juro correspondente ao seu valor.

§ 7.º Para aforar os terrenos de alluvião, onde existirem marinhas, e bem assim os alagadiços, ou terrenos devolutos encravados nas povoações ou seus arredores. Esta disposição fica extensiva a quaesquer outros terrenos devolutos nas mesmas condições.

§ 8.º Para aforar ou vender, na conformidade da Lei n.º 601 de 18 de Setembro de 1850, os terrenos pertencentes ás antigas Missões e Aldêas dos Indios, que estiverem abandonados, cedendo todavia a parte que julgar sufficiente para a cultura dos que nelles ainda permanecerem, o os requererem.

§ 9.º Para alterar, até o fim do corrente anno civil, o systema de arrecadação do imposto do sello, decretado não só nas Leis de 21 de Outubro de 1843, 18 de Setembro de 1845, 15 de Junho e 6 de Setembro de 1850, e 17 de Setembro de 1851, como no Decreto n.º 663 de 6 de Setembro de 1852, observando-se nessa alteração as seguinte disposições:

1.ª As taxas do sello proporcional poderão ser elevadas até o dobro das estabelecidas nas Leis anteriores, e comprehenderão em geral todos os contractos, titulos e papeis que contiverem promessa, ou obrigação, e destrato ou exoneração de obrigação, além dos mencionados no art. 12, § 1.º da Lei de 21 de Outubro de 1843, e no Regulamento de 10 de Julho de 1850.

2.ª As taxas do sello fixo serão elevadas de 100 a 200 réis por cada meia folha de papel, segundo o seu formato, igualadas ás de todos os papeis forenses, de que trata o artigo 34 do Regulamento de 10 de Julho de 1850; ficando a ella sujeitos em geral não só os papeis e documentos que actualmente as pagão, mas também todos os que fizerem parte, forem juntos ou appensos a processos administrativos ou judiciarios, e todos os contractos, titulos, e papeis, de que trata o paragrapho antecedente, e que não estiverem sujeitos ao sello proporcional. O pagamento das novas taxas será obrigatorio do 1.º de Janeiro de 1861 em diante.

3.ª A revalidação de que trata o art. 13 da Lei n.º 939 de 26 de Setembro de 1857, que fica revogado, será regulada pela maneira seguinte:

I. Os documentos, ou papeis de qualquer especie sujeitos ao sello proporcional, apresentados em juizo ou ás autoridades e Repartições Publicas, que o não tiverem pago nos prazos estabelecidos nos Regulamentos do Governo, deverão pagar 5 por cento do respectivo valor até a vespera do vencimento, e 10 por cento depois de vencidos. Se porém dentro dos prazos estabelecidos houverem pago hum sello inferior á taxa devida, ficarão sujeitos á revalidação, pagando o triplo da differença entre o dito sello e taxa até a vespera do vencimento, e o sextuplo depois d'elle.

II. Os titulos, e papeis sujeitos ao sello fixo, que não forem sellados no devido prazo, serão revalidados, pagando hum sello dez vezes maior do que o marcado nas respectivas tabellaes, e o quadruplo da differença quando houverem pago taxa menor que a devida.

III. As transferencias das Apolices da Divida Publica e quaesquer letras de cambio, ou da terra, sacadas pelo Governo e seus agentes, a favor de particulares, ficão sujeitas ao sello proporcional.

§ 10. Para substituir o imposto estabelecido pelo § 2.º do Alvará de 20 de Outubro de 1812, e alterado pelo art. 8.º, § 4.º da Lei de 22 de Outubro de 1836, e art. 10 da de 21 de Outubro de 1843, por huma taxa, que deverá comprehender todas as industrias e profissões que forem exercidas nas differentes Cidades e Villas do Imperio, com excepção sómente das que pela natureza privilegiada das respectivas funcções, e ou pela reconhecida insufficiencia e penuria de seus recursos, não a deverem ou puderem supportar. A referida taxa será em parte

fixa, e em parte variavel, assentando a fixa sobre a natureza, classe e condição das industrias e profissões, e importancia commercial das Cidades e Villas em que forem exercidas, e a variavel sobre o valor locativo do predio, ou local, em que funcionarem. Huma e outra serão estabelecidas pelo Governo: não devendo porém exceder a taxa variavel a 10 por cento, quando se der ao mesmo tempo o pagamento da fixa, e a 20 por cento no caso contrario.

§ 11. Para fazer as operações de credito necessarias para cumprimento dos contractos dos empréstimos externos de 1824 e 1843.

§ 12. Para augmentar o pessoal da Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda com mais hum Primeiro Official e dous Segundos.

§ 13. Para desapropriar á Camara Municipal da Côrte o dominio directo dos terrenos desnecessarios do Jardim Botânico da Lagôa de Rodrigo de Freitas, continuando em vigor a autorisação conferida pelo art. 11, § 2.º da Lei n.º 719 de 28 de Setembro de 1851. O producto da dita desapropriação fará parte do patrimonio da mesma Camara, e será empregado em Apolices da Divida Publica, na fórma do art. 49 da Lei n.º 628 de 17 de Setembro de 1851.

§ 14. Para pagar ao Banco do Brasil os 2.000 contos de papel moeda, que resgatar durante o exercicio desta Lei, emitindo Apolices da Divida Publica de 6 por cento, ou fazendo qualquer outra operação de credito, que entender mais vantajosa, se com o producto da renda publica não puder realizar o dite pagamento.

§ 15. Para mandar satisfazer em Apolices da Divida Publica interna, na fórma do art. 38 da Lei de 15 de Novembro de 1827, os conhecimentos da mesma divida, sempre que por circumstancias extraordinarias não seja possivel o exame e fiscalisação dos respectivos titulos no Thesouro Nacional.

§ 16. Para contractar com o Engenheiro Henry Law, ou com quem mais vantagens offerecer, a construcção de hum segundo dique na Ilha das Cobras para o serviço da Marinha de Guerra e mercante, não excedendo o seu custo a 855:000\$000 réis.

§ 17. Para despendere até 100:000\$000 réis com a desapropriação dos predios contiguos aos Arsenaes da Bahia e Pernambuco.

§ 18. Para despendere até 250:000\$000 réis com a construcção de huma ponte, que ligue o bairro de Santo Antonio ao da Boa-Vista.

§ 19. Para despendere com a construcção de edificios proprios para a Faculdade de Direito do Recife, e Medicina do Rio de Janeiro, as quantias para isso consignadas no art. 16, §§ 7.º e 8.º da Lei n.º 939 de 26 de Setembro de 1857.

§ 20. Para despendere a quantia necessaria com a conti-

nuação do exame da navegabilidade a vapor no rio S. Francisco, da Cachoeira de Pirapóra para cima.

§ 21. Para ceder huma parto do terreno nacional denominado Jatobá, extremo das fazendas Grande e Boqueirão da Provincia do Piahy, afim de ser edificada nelle a Igreja Matriz da Freguezia de S. João do Piahy.

§ 22. Para conceder, fóra das zonas das fronteiras na Provincia do Amazonas, e nas que se achão nas mesmas circumstancias excepçionaes, terras e campos devolutos para criação de gados, sob a condição de pagarem os concessionarios o respectivo preço, logo que taes terras e campos forem medidos e demarcados na fórmula da Lei n.º 601 de 18 de Setembro de 1850; revertendo para o dominio nacional, com perda das bemfeitorias existentes, os terrenos concedidos, se os concessionarios, ou seus successores, não quizerem, ou não puderem pagar a importancia dos mesmos terrenos, calculada segundo a base da citada Lei. Essa concessão porém não poderá exceder, em terras de cultura, a meia legua quadrada, e em campos de criar, a tres leguas para cada concessionario.

§ 23. Para conceder á Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, da Imperial Cidade do Ouro Preto, o uso perpetuo da banqueta de castiças de prata, que pertenceu á extincta Confraria do Senhor do Bomfim, outr'ora erecta na Capella da mesma Ordem.

§ 24. Para mandar pagar ao Vigario Geral do Baixo Amazonas a competente congrua, satisfazendo igualmente o que della lhe seja devido.

§ 25. Para desapropriar as nascentes d'agua que forem necessarias para o abastecimento da Cidade do Rio de Janeiro.

§ 26. Para comprar terrenos nas proximidades das estradas de ferro, para estabelecimento de colonias, ficando para esse fim em vigor o credito concedido pelo Decreto n.º 885 de 4 de Outubro de 1856, concedendo aos Nacionaes, que se estabelecerem nessas colonias, nas já ereadas, ou em outras que para o futuro se crearem, os mesmos favores de que gozão os colonos estrangeiros.

§ 27. Para auxiliar a empreza de navegação a vapor entre as lagoas da Provincia de Alagôas com huma subvenção de 30:000\$000 réis, concedendo-lhe para esse fim os favores que forem necessarios.

§ 28. Para encampar o contracto feito com a Companhia de Commercio e Navegação do Mucury, indemnizando os seus Accionistas do capital das referidas acções, e applicando para esse fim o producto do emprestimo contrahido em virtude da Lei n.º 1.011 de 8 de Junho de 1859.

§ 29. Para mandar desde já extrahir até doze Loterias para cumprimento do contracto celebrado com a Empreza Lyrica da Corte por Decreto de 12 de Março de 1858, podendo tambem

desde já rescindir o mesmo contracto, de accôrdo com a referida Empresa.

§ 30. Para contractar a demolição do morro do Castello com a Companhia ou Emprezaario que melhores condições offercer, debaixo das seguintes clausulas :

1.<sup>a</sup> Dous terços, pelo menos, do capital, em que fôr orçada a empresa deverão ser levantados fóra do Imperio sem compromisso algum do Governo Imperial, relativamente aos juros e amortização do mesmo capital.

2.<sup>a</sup> O Governo cederá ao Emprezaario, a titulo gratuito, os proprios nacionaes situados no dito morro, assim como os terrenos resultantes da demolição, e dos aterros sobre o mar, exceptuando destes os necessarios a estabelecimentos e logradouros publicos.

3.<sup>a</sup> O Estado poderá concorrer com algum auxillo, que não exceda a mil contos de réis, prestado pela fórma que o Governo julgue mais conveniente para as despesas de desapropriação das propriedades particulares, comprehendidas no perimetro do plano approved pelo mesmo Governo.

4.<sup>a</sup> Serão isentos do pagamento da siza e decima urbana, durante o prazo de 20 annos, os terrenos e predios que ficarem dentro da área da concessão, bem como as desapropriações de que trata a clausula antecedente.

5.<sup>a</sup> Gozarão de despacho livre de direitos os instrumentos, machinas e materiaes, que os concessionarios importarem de paizes estrangeiros para as obras especificadas no seu contracto.

6.<sup>a</sup> A disposição do art. 8.<sup>o</sup> da Lei n.<sup>o</sup> 806 de 23 de Setembro de 1854 he extensiva ás desapropriações a que se refere o presente artigo.

§ 31. Para mandar proceder aos exames necessarios á desobstrucção do Rio Cunhahú e canalisação do Rio Ceará-mirim, na Provincia do Rio Grande do Norte, e para fazer realizar esses melhoramentos sem augmento de despesa, além da decretada pelas competentes verbas.

§ 32. Para alliviar do pagamento do imposto de 5 por cento ou meia siza, pela compra dos vapores *Guarany*, *Rio-Pardense*, e *Correio*, a Companhia Jacuhy de navegação a vapor na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul. A isenção do dito imposto se estenderá ás compras, que por espaço de 10 annos fizer a mesma Companhia de barcos de vapor, que se destinarem e effectivamente se empregarem na navegação fluvial da dita Provincia.

Art. 12. Ficão desde já em vigor as seguintes disposições :

§ 1.<sup>o</sup> O Decreto n.<sup>o</sup> 306 de 14 de Outubro de 1843, que extinguiu o vinculo de Jaguará em Minas-Geraes, será observado com as alterações que se seguem :

1.<sup>a</sup> O preço das arrematações dos bens poderá ser pago



a prazos, mediante fiança idonea, conforme fôr estabelecido em Regulamento do Governo.

2.<sup>a</sup> O prazo das lotras não excederá ao tempo fixado no art. 4.<sup>o</sup> da Lei n.<sup>o</sup> 586 de 6 de Setembro de 1850, ficando a Fazenda Publica exonerada, pelo acto da venda, de qualquer responsabilidade, salva a disposição do art. 10 do Decreto n.<sup>o</sup> 528 de 22 de Agosto de 1847.

3.<sup>a</sup> Os bens que não forem arrematados por falta de licitantes poderão ser arrendados, dividindo-se como mais conveniente fôr, assim para a arrematação, como para o arrendamento, as fazendas em sesmarias, e estas em lotes, e podendo o Governo fazer arrematar a todo o tempo os bens arrendados, dando preferencia, tanto por tanto, aos arrendatarios.

4.<sup>a</sup> Nas arrematações poderão tambem ser distribuidas as diferentes especies de bens pelas diversas fazendas e sesmarias, como melhor convier.

§ 2.<sup>o</sup> Ficão isentas das taxas respectivas as carrocinhas da Santa Casa da Misericordia da Côrte, destinadas á conducção para os cemiterios dos cadaveres dos pobres enterrados gratuitamente, assim como as empregadas no transporte dos enfermos pobres para o hospital geral, e deste para as enfermarias externas.

§ 3.<sup>o</sup> Os bilhetes de loterias premiados, e não reclamados, prescrevem no fim de cinco annos, contados do dia em que forem recolhidos os valores correspondentes aos cofres publicos.

§ 4.<sup>o</sup> Todos os proprios nacionaes, que estiverem á disposição dos diferentes Ministerios, deverão ser mencionados, annualmente nos respectivos relatorios, com declaração do serviço em que se achão, se publico ou particular, e neste caso se por locação ou concessão gratuita. A despeza com os proprios nacionaes, que estiverem ao serviço dos diferentes Ministerios, correrá por conta daquelle que os utilizar, e será paga pela verba.—Obras Publicas—do mesmo Ministerio.

§ 5.<sup>o</sup> Os Parochos collados e os Vigarios geraes estão comprehendidos, para o pagamento dos respectivos direitos, no § 3.<sup>o</sup> da tabella annexa á Lei n.<sup>o</sup> 243 de 30 de Novembro de 1841.

§ 6.<sup>o</sup> O art. 37 da Lei n.<sup>o</sup> 243 de 30 de Novembro de 1841 comprehende a ordem de Pedro I, creada por Decreto de 16 de Abril de 1826; e os agraciados com distincções de quaesquer ordens honorificas do Imperio serão obrigados a satisfazer os direitos relativos a todos os grãos anteriores, comprehendidos na ultima graça.

§ 7.<sup>o</sup> A disposição do artigo 11 da Lei n.<sup>o</sup> 840 de 15 de Setembro de 1853 fica extensiva á compra e venda dos escravos, devendo ser transcripto no titulo o conhecimento do pagamento do imposto de meia siza, o qual será desde já substituido pela taxa fixa de 40\$000 por venda de cada es-

cravo; ficando prohibidas, sob pena de nullidade, as cartas de ordens para ellas, entre pessoas ausentes, e não podendo ter effeito neste caso as referidas vendas senão por meio de procurações especiaes.

§ 8.º A demarcação para pagamento do imposto da decima urbana na Côrte, estabelecido pelo § 1.º do art. 2.º da Resolução de 23 de Novembro de 1832, he a que existia naquelle anno, feita pela Camara Municipal em virtude do art. 4.º da Lei de 27 de Agosto de 1830.

§ 9.º Os Officiaes das armas de cavallaria e infantaria, que já o erão em 31 de Março de 1851, serão promovidos por antiguidade, estudos theoricos, ou merecimento, ainda quando careção das habilitações scientificas de que trata a legislação em vigor, guardadas as seguintes regras:

1.ª Os Officiaes das referidas armas, elevados a essa categoria depois de 31 de Março de 1851, serão promovidos, quando pela legislação em vigor, e satisfeita a disposição deste artigo, lhes couber direito a accesso ao posto immediato, na razão de dous terços por antiguidade, e hum terço por estudos scientificos.

2.ª Para o preenchimento das vagas nos postos dos Officiaes superiores, nas differentes armas, guardar-se-ha sempre o equilibrio entre os principios de antiguidade, e merecimento.

3.ª Fica entendido que as presentes disposições não dispensão todas as outras condições exigidas pela legislação vigente.

§ 10. Ficão approvados os Decretos expedidos pelo Governo sob n.º 736 de 20 de Novembro de 1850, n.º 870 de 22 de Novembro de 1851, n.º 1.918 de 4 de Abril de 1857, n.º 2.343 de 29 de Janeiro de 1859, e n.º 2.548 e 2.549 de 10 e 14 de Março do corrente anno, que reformarão o Thesouro e Thesourarias de Fazenda nas Provincias, e estabelecêrão regras para a tomada de contas dos responsaveis para com a Fazenda Publica; e assim tambem a tabella annexa ao Decreto n.º 2.532 de 25 de Fevereiro deste anno, fixando os vencimentos dos Empregados da Officina de Estamparia e Impressão do Thesouro Nacional; e os vencimentos dos Empregados da Typographia Nacional, estabelecidos no Decreto n.º 2.492 de 30 de Setembro de 1859. Os Empregados das Recebedorias da Côrte, e Provincias da Bahia e Pernambuco perceberão desde já os vencimentos fixados na tabella B annexa á presente Lei, os quaes não serão calculados dentro do periodo de 3 annos, contados da promulgação della, para aquelles que nesse prazo houverem de ser aposentados. A estes se abonará sómente o ordenado da tabella junta ao Decreto n.º 2.551 de 17 de Março do corrente anno.

§ 11. Ficão revogadas todas as Leis, que têm concedido ao Governo creditos especiaes para serviços não contemplados até agora nas Propostas de Leis de Orçamento, e annullados os respectivos creditos, ou sejam definidos ou indefinidos, na parte que não tiver sido, ou não fôr despendida até o fim do exercicio de 1858 a 1859, e que não estiver sujeita a contractos celebrados com quaesquer individuos ou Companhias; devendo o Governo incluir especificadamente nas futuras Propostas de Lei de Orçamento as sommas que forem precisas, tanto para occorrer aos mesmos serviços, como para pagar os juros garantidos ás Companhias das estradas de ferro, e outras empresas industriaes, e quaesquer subvenções com que se tenha obrigado a auxilia-las.

Art. 13. Ficão em vigor todas as disposições das Leis de Orçamento antecedentes, que não versarem particularmente sobre a fixação da receita e despesa, ou sobre autorisações para fixar, ou augmentar vencimentos de Empregados Publicos, para creação de novas despesas, reformas de Repartições ou de Legislação fiscal, e que não tiverem sido expressamente revogadas.

Art. 14. Ficão revogadas as Leis e disposições em contrario.

Mandamos portanto a todas as Autoridades, a quem o conhecimento da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos vinte sete de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR com Rubrica e Guarda.

*Angelo Moniz da Silva Ferraz.*

*Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial Manda executar o Decreto da Assembléa Geral Legislativa, que Houve por bem sancionar, orçando a receita e fixando a despesa Geral do Imperio para o exercicio de 1861 a 1862, e dando outras providencias, como nella se declara.*

Para Vossa Magestade Imperial Vêr.

Carlos Augusto de Sá, a fez.

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Sellada na Chancellaria do Imperio em 28 de Setembro de 1860.

Josino do Nascimento Silva.

Foi publicada a presente Lei na Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda em o 1.º de Outubro de 1860.

José Seviriano da Rocha.

Registrada a fl. 63 v. do Livro das Cartas de Leis e Decretos do Poder Legislativo em 28 de Setembro de 1860.

José Francisco de Souza Bracarense.

**Tabella — A — a que se refere o § 36 do art. 2.º**

5	Chefes de Secção, servindo hum de Presidente, a 5:400\$000 de gratificação.....	27:000\$000
	Comedorias, a 1:600\$000.....	8:000\$000
9	Adjuntos, a 3:600\$000 .....	32:400\$000
	Comedorias, a 1:600\$000.....	14:400\$000
2	Desenhistas, a 3:600\$000.....	7:200\$000
	Comedorias, a 1:600\$000.....	3:200\$000
	Pessoal ao serviço da Commissão (vinte pessoas), a 300\$000 .....	6:000\$000
	Comedorias, a 240\$000 por pessoa.....	4:800\$000
	Forragens para 80 animaes, a 120\$000 .....	9:600\$000
	Remonta do material, &c., &c.....	17:400\$000
		<hr/>
		130:000\$000

*Angelo Moniz da Silva Ferraz.*

**Tabella B— a que se refere o § 10 do art. 12, dos Empregados das Recebedorias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e seus vencimentos.**

EMPREGOS.	RIO DE JANEIRO.				BAHIA E PERNAMB.			
	0,8 por % da renda divididos em 171 partes.				4,4 por % da renda divididos em 67 partes.			
	Vencimento annual de cada emprego.				Vencimento annual de cada emprego.			
	Pessoal.	Ord.	Grat.	Quotas.	Pessoal.	Ord.	Grat.	Quotas.
Administrador .....	1	2:000\$	800\$	14	1	1:200\$	600\$	10
Escrivão .....	1	1:600\$	600\$	12	1	900\$	400\$	7
1.ºs Escripturarios...	2	1:000\$	400\$	6	1	700\$	300\$	5
2.ºs Ditos .....	6	800\$	300\$	5	3	500\$	250\$	4
Amanuenses .....	10	600\$	200\$	3	3	400\$	200\$	3
Praticantes .....	20	360\$	140\$	—	3	300\$	100\$	
Thesoureiro....	1	1:600\$	600\$	8	1	900\$	400\$	6
Fiel do Thesoureiro..	1	600\$	300\$		1	300\$	300\$	
Recebedor do Sello..	1	1:200\$	400\$	6				
Fiel do Recebedor do Sello.....	1	400\$	200\$					
Lançadores .....	7	800\$	400\$	8	2	600\$	300\$	7½
Porteiro.....	1	600\$	200\$	3	1	400\$	200\$	3
Continuo.....	1	400\$	200\$		1	300\$	100\$	
Correios.....	4	300\$	200\$		2	240\$	100\$	
Cobreadores .....	15	(*)			6	(**)		

(\*) Estes Empregados perceberão a commissão de 3 % pela arrecadação dos impostos, sobre que não ha multas, e a gratificação diaria de 4\$000 para cavalgadura, quando forem incumbidos da cobrança nas Freguezias de fóra da Cidade.

(\*\*) Abonar-se-ha a estes a mesma commissão de 3 %, sendo a gratificação diaria para cavalgaduras arbitrada pelos Inspectores das Thesourarias, na fórmula do Decreto n.º 2.254 de 16 de Fevereiro de 1859.

*Angelo Moniz da Silva Ferraz.*

**DECRETO N. 1.115 — de 27 de Setembro de 1860.**

Autorisa o Governo a mandar matricular e admittir a exame, preenchendo certas condições, os seguintes individuos: no quinto anno da Faculdade de Medicina da Côrte a José Marciano da Silva Pontes, e no terceiro anno a Antonio Simões de Faria; no primeiro da Faculdade de Medicina da Bahia a Ladislão Ribeiro de Novaes; no primeiro da Faculdade de Direito de S. Paulo a Venancio de Oliveira Ayres; no primeiro da Faculdade de Direito do Recife a Francisco de Assis Pereira Rocha Junior e José Pedreira França; e no primeiro da Academia de Marinha a Luiz José Pereira de Carvalho.

Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a seguinte Resolução da Assembléa Geral Legislativa:

**Art. 1.º** He o Governo autorisado para mandar admittir á matricula:

§ 1.º O estudante José Marciano da Silva Pontes no quinto anno da Faculdade de Medicina da Côrte, e em conformidade dos respectivos estatutos, fazendo previamente exame e sendo approved nas materias do quarto anno da mesma Faculdade.

§ 2.º O estudante Antonio Simões de Faria no terceiro anno da mesma Faculdade, bem como ao exame das respectivas materias de conformidade com os respectivos estatutos, se tiver sido approved nas materias dos annos anteriores.

§ 3.º O estudante Ladislão Ribeiro de Novaes no primeiro anno da Faculdade de Medicina da Bahia, bem como ao exame das respectivas materias, de conformidade com os estatutos da mesma Faculdade, considerando-se validos os exames de francez e de geographia feitos pelo mesmo estudante em 1857.

§ 4.º O estudante Venancio de Oliveira Ayres no primeiro anno da Faculdade de Direito de S. Paulo, bem como ao exame das respectivas materias, de conformidade com os estatutos da mesma Faculdade, fazendo previamente exame, e sendo approved em historia.

§ 5.º O estudante Francisco de Assis Pereira Rocha Junior no primeiro anno da Faculdade de Direito do Recife, de conformidade com os respectivos estatutos, considerando-se valido, não obstante o prazo decorrido, o exame de philosophia feito pelo mesmo estudante na dita Faculdade.

§ 6.º O estudante José Pedreira França no primeiro anno da mesma Faculdade, bem como ao exame das respectivas materias de conformidade com os referidos estatutos, fazendo primeiramente exame, e sendo approved no preparatorio que lhe falta.

§ 7.º O estudante Luiz José Pereira de Carvalho no primeiro anno da Academia de Marinha, na conformidade dos respectivos estatutos.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e sete de Setembro de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

*João de Almeida Pereira Filho.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 5 de Outubro de 1860. — *Josino do Nascimento Silva.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 8 de Outubro de 1860. — *José Bonifacio Nascentes de Azambuja.*



#### DECRETO N. 1.116 — de 3 de Outubro de 1860.

Manda admittir á matricula na Escola Central a João Alves Pinheiro de Carvalho, Alcino Baptista Monteiro, e Antonio Luiz da Cunha Bahiano.

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1.º He o Governo autorizado a mandar admittir á matricula do 1.º anno da Escola Central, ficando dispensado do exame de historia, a João Alves Pinheiro de Carvalho; no 2.º anno Alcino Baptista Monteiro; e no 4.º a Antonio Luiz da Cunha Bahiano, que frequentão a mesma Escola como ouvintes.

Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

Sebastião do Rego Barros, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra o tenha assim entendido e expeça os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro em 3 de Outubro de 1860, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de S. M. o Imperador.

*Sebastião do Rego Barros.*

*João Lustosa da Cunha Paranaguá.*

Transitou na Chancellaria do Imperio em 9 de Outubro de 1860. — *Josino do Nascimento Silva.* — Registrado.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 13 de Outubro de 1860. — *Libanio Augusto da Cunha Mattos.*

Registrado na Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra em 13 de Outubro de 1860. — *João Baptista Piquet.*